



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ATA N.º 50**

Sessão Ordinária de fevereiro

1.ª reunião em 29-02-2012

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Paulo Alexandre Florentino Marques, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Ivar Jorge Alves Corceiro, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, e Filipe Seíça Neves Barbado Guerra.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte membro:

Rafael Alexandre Lopes Nevado, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca.[01](#)

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Helena Maria de Oliveira Dias Libório (saiu às 24:00 horas) e Marília Fernanda Correia Martins.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Marco António Costa Gonçalves, Paulo Alexandre Florentino Marques, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, e Filipe Seíça Neves Barbado Guerra.[03](#)

Os sucedâneos, Joana Cristina Rodrigues dos Santos Dias, Nelson Ricardo Esteves Peralta, Rui Miguel Bartolomeu Maio, Celme Cristina de Jesus Tavares, e António Manuel Santos Salavessa, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa, deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

**Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;**

**Ponto 2. – Via de acesso da Unidade de Tratamento Mecânico Biológico (UTMB) à EN 235:**

**2.1 – Reconhecimento da inexistência de localização alternativa em áreas não integradas em REN – deliberação;**

**2.2 – Declaração de interesse municipal da construção da via de acesso à UTMB – deliberação;**

**Ponto 3. – Associação de Municípios do Carvoeiro/Vouga:**

**3.1 – Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Carvoeiro (AMCV) – deliberação;**

**3.2 – Aditamento ao Contrato de Concessão de serviço público de distribuição abastecimento de água aos municípios associados - deliberação;**

**Ponto 4. – 6.º Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município – apreciação.**

Continuando, o Presidente da Mesa, colocou à apreciação e votação do plenário as atas das reuniões anteriores nos termos que se seguem: [04](#)

Ata n.º 45 – Sessão Extraordinária de dezembro - 1.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor e duas abstenções.

Ata n.º 46 – Sessão Ordinária de dezembro - 1.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor e três abstenções.

Ata n.º 47 – Sessão Ordinária de dezembro - 2.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor e duas abstenções.

Ata n.º 48 – Sessão Ordinária de dezembro - 3.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor e duas abstenções.

Ata n.º 49 – Sessão Ordinária de dezembro - 4.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor e duas abstenções.

De seguida, o Presidente da Mesa [us](#) usou da palavra para cumprimentar todos os presentes, em especial os munícipes da Freguesia de Cacia. Freguesia que nesta Sessão faz a sua exposição no âmbito do programa “Freguesias vêm à Assembleia”.

De seguida, o Presidente da Mesa nos termos regimentais deu início ao Período de Intervenção do Público.

## PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Usou da palavra a munícipe *Dália da Silva Maia*<sup>06</sup>, residente na freguesia da Glória, veio expor um assunto relacionado com a injustiça com a redistribuição de casas de habitação social no Bairro de Santiago, por parte da Câmara Municipal.

Usou da palavra a munícipe Marcelina da Silva Maia<sup>08</sup>, residente na freguesia da Glória, veio expor um assunto relacionado com a não atribuição de casa de habitação social, depois de problemas familiares, no Bairro de Santiago.

(Entretanto deu entrada na sala os Vogais Marco António da Costa Gonçalves, David Paiva Martins e João Alberto Simões Barbosa.)

Presidente da Mesa<sup>09</sup>

### Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE)<sup>010</sup>

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS)<sup>011</sup>

Vogal Paulo de Jesus (PS)<sup>012</sup>

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)<sup>013</sup>

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>014</sup>

*“Esta é naturalmente uma situação complexa, até como se aperceberam nos relatos que foram feitos, há aqui também conflitos de pessoas que estão envolvidos e que não ajudam em nada a que tudo se possa resolver ou a encontrar uma solução. Aquilo que a D. Marcelina aqui veio pedir foram duas coisas: um apartamento ao lado dos pais. É compreensível, naturalmente que a pessoa e deseje ficar e que seja atribuído um apartamento ao lado dos pais, é perfeitamente compreensível que isso aconteça. Tenho reservas quanto à legitimidade disso poder ser feito.*

*A segunda é que tiremos outra pessoa de lá e a mandemos para o Caião! Foi o segundo pedido que aqui foi feito. E aqui claramente parece-me que já está muito fora daquilo que será o âmbito que competiria ao cidadão vir aqui sugerir.*

*Este é um processo certamente longo que a Dr.ª Maria da Luz tem acompanhado com toda a atenção. Eu penso que tive duas participações no processo. Um acerca de 15 dias, 10 dias, não faço ideia, em que numa reunião alargada em que estive a Marcelina, a mãe, o pai, e mais algumas pessoas e a Dr.ª Maria da Luz, conversámos sobre o assunto e acertámos a solução para o caso.*

*E a solução, procurando respeitar aquilo que foi o tal princípio que aqui foi referido, que há muitos anos que é seguido, de que no mesmo bloco não deverão estar duas pessoas da mesma etnia, procurando respeitar isso, a solução encontrada foi procurar arranjar um apartamento para a Marcelina, que não esse apartamento ao lado dos pais nesse bloco e também que a pessoa que estaria nesse bloco, que era também de etnia cigana ou que é de etnia cigana, também saia desse apartamento, libertando esse apartamento. E foi acordado nessa reunião que este seria o procedimento que iria ser seguido e que foi aceite pelas partes.*

*Na passada terça-feira, recebi a Marcelina e o pai que me vieram colocar a questão que era, a Marcelina quer continuar com a parte dela, quer ficar com o apartamento, mas quer que a Câmara assuma que retira a outra.*

*A resposta que foi dada foi, assumimos aqui um compromisso entre todos e é esse compromisso que vai até ao fim, porque nós não estamos aqui para enganar ninguém, nomeadamente a outra pessoa a quem dissemos que saiam as duas — e não vamos dizer à outra agora que afinal de contas só sai uma. Isso não seria correto da nossa parte.*

*Queria saudar aqui o mediador que é de etnia cigana, uma pessoa que temos contactado mais ultimamente e que faz um esforço muito grande de equilíbrio, de entrega, de disponibilidade, para tentar dar o seu contributo e a sua colaboração para que o bairro de Santiago seja cada vez mais aquele espaço que nós queremos de qualidade. Muito obrigado.”*

Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa deu início, nos termos regimentais, ao período de antes da ordem do dia.<sup>015</sup>

## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes vogais:

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

### **Membros da Assembleia**

Vogal Filipe Guerra (PCP)<sup>016</sup>

Vogal Ivar Corceiro (BE)<sup>017</sup>

Vogal Paulo Marques (CDS)<sup>018</sup>

Vogal João Barbosa (PS)<sup>019</sup>

Vogal Rui Vaz (PPD/PSD)<sup>020</sup>

Presidente da Mesa<sup>021</sup>

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)<sup>022</sup>

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD)<sup>023</sup>

Vogal Paulo Jesus (PS)<sup>024</sup>

Presidente da Mesa<sup>025</sup>

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)<sup>026</sup>

Vogal António Neto (BE)<sup>027</sup>

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS)<sup>028</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)<sup>029</sup>

Presidente da Mesa<sup>030</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)<sup>031</sup>

## **PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.**

*(O texto da [Comunicação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta ata, em anexo).*

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente de Junta de Freguesia de Cacia, para elucidar sobre a sua exposição no âmbito do programa “Freguesias vêm à Assembleia”

Presidente da Mesa:<sup>033</sup>

*“No âmbito da iniciativa “As Freguesias vêm à Assembleia” temos o privilégio de nesta sessão ordinária de fevereiro de constar nos nossos Passos Perdidos a exposição acerca da nossa distinta freguesia de Cacia.*

*O nosso muito obrigado ao Sr. Presidente e através de si a todos os munícipes de Cacia pela mostra e pela amostragem da Freguesia de Cacia. Precisamente a abrir este período tem a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cacia que exporá perante os Ex.mos Srs Deputados o que nos traz exposto nos Passos Perdidos. Muito obrigado Sr. Presidente. Bem-haja.”*

Presidente Junta Freguesia Cacia Casimiro Calafate:<sup>034</sup>

*“Obrigado Sr. Presidente. Queria começar por saudar V. Exa. e a Mesa, o Sr. Presidente da Câmara e a Vereação, os Srs. Deputados Municipais, a Comunicação Social e o Público.*

*Felicitemos também o Sr. Presidente da Assembleia por esta iniciativa de mostrar perante os deputados municipais as freguesias do Município de Aveiro.*

*Ficamos os Presidentes das Juntas de Freguesia, sobretudo daquelas mais periféricas, têm a certeza de que, pelo menos uma vez na legislatura, podem dar a conhecer dados das freguesias e que, se calhar, ao longo dos quatro anos não teriam essa oportunidade.*

*Começava por vos dizer que Alberto Souto definia em 1952, num livro que escreveu, Cacia como a “Avozinha de Aveiro”. Porquê? Porque a existência dela data de 1096. É a primeira vez em que é falado o nome de Cacia. Em 1321 já a Igreja de S. Julião de Cacia pagava taxas ao “Arciprestado do Vouga”. Em 1407 a “Ilha de Testada” foi doada a Frei Álvaro Gonçalves Camelo — e hoje, nós, contemporâneos, somos uns “Camelos” porque a deixámos destruir. Em 1445 D. Afonso V concedeu o título do Morgado de Vilarinho a Diogo Vaz Couceiro. Em 1561 Gaspar Barreiros defende que o sítio de “Talábriga” se situava em Cacia.*

*Em outubro de 1813 iniciou-se a abertura do Rio Novo do Príncipe.*

*Em 1836 a Freguesia de Cacia deixou de pertencer ao Concelho de Esgueira para integrar o Concelho de Aveiro.*

*Em 1850 foi mandada construir a primeira ponte, em madeira, para ligar Cacia a Angeja na atual estrada nacional 109, e que, passados cinco anos, seria destruída pelas cheias.*

*Em 1898 iniciou-se a construção da ponte de caminho-de-ferro sobre o Vouga. Em 1906 foi criada a estação da CP de Cacia.*

*Em 1908 foi inaugurada a primeira escola oficial em Cacia. Em 1913 foi inaugurada a iluminação pública a carbureto. Em 1915 iniciou-se a publicação do Jornal “Ecos de Cacia”, que é um grande defensor de Cacia, de Aveiro e do Baixo Vouga. Em 1928 passou a existir em Cacia, e penso que, na altura, foi um dos primeiros no Concelho, o serviço de aluguer de automóvel. Em 1930 o Dr. Alberto Souto afirma que há dois mil anos, em Cacia, existiu uma povoação lusitano-romana que desempenhou um papel importante no tráfego marítimo da época. (Isto é importante) em 1932 nasce em Cacia uma campanha para a construção de uma estrada entre Cacia e Murtoza. Em 3 de novembro de 1952 um grupo alargado de aveirenses solicitou ao Governo Civil da altura que diligenciasse junto do Governo a construção de uma pista de remo no rio Novo do Príncipe. Volto a dizer, em 3 de novembro de 1952.*

*Em julho de 1953 a antiga Companhia Portuguesa de Celulosa iniciou a sua laboração. Em novembro de 1962 a Câmara Municipal de Aveiro aprovou a sua participação na aquisição de terrenos para a construção da fábrica de automóveis portuguesas (anterior FAP) hoje Renault. Em novembro de 1979 a Câmara de Aveiro cedeu à Renault o terreno onde hoje está instalada a empresa. Em 31 de julho de 1989 a freguesia de Cacia passou à categoria de Vila.*

*Esta é, até hoje, uma síntese da história de Cacia.*

*Mais do que as palavras, as imagens. Solicitava ao Dr. Cartaxo a passagem de alguns slides que temos sobre Cacia. [intervenção em sintonia com a visualização das imagens]*

*Temos aqui uma parte do Rio Vouga. Temos os percursos pedestres que já existem e que estão a ser utilizados. A breve trecho, pela Junta de Freguesia e pela Câmara Municipal, serão incluídos no roteiro da Federação Nacional de Pedestrinismo. Temos o Baixo Vouga com a sua riqueza e o Rio Vouga, ao lado. Temos uma maravilha dos sapais da Ria de Aveiro e do Baixo Vouga, com este pôr-do-sol. E temos, novamente, a água que é uma característica da Freguesia de Cacia e também do Concelho de Aveiro. Temos uma excelente zona ambiental em Cacia, toda a zona do Baixo Vouga, como sabem, tem como génese o Rio Vouga e as suas valas afluentes. Temos aqui os tais percursos pedestres que queremos e estamos a implementar em Cacia, em colaboração com a Câmara Municipal, onde é possível praticar pedestrinismo e cicloturismo numa distância de mais de catorze quilómetros.*

*E temos o desastre de Cacia. Há pessoas que estão aqui nesta sala e que conhecem muito bem isto. Posso-vos dizer que isto é a parte dos duzentos hectares da Ilha Nova que foi uma zona de bocais. Hoje é uma zona de lama e água salgada, onde antes se produzia arroz. Isto é consequência de uma lamentável decisão de um governo, em dois mil, que decidiu acabar com a JAPA – Junta Autónoma do Porto de Aveiro, que deu origem à APA – Administração do Porto de Aveiro que entendeu, por bem, deixar destruir toda esta riqueza que aqui existia.*

*Esta é a outra parte, o Rio Vouga. Eu convidava os Srs. Deputados a partir da Ponte da 109 para jusante verificar que, nesta altura, neste sítio, cinquenta por cento do leito do Rio Vouga está ocupado por ilhas, apesar de há mais de dez anos a Junta de Freguesia de Cacia solicitar ao Ministério do Ambiente e, posteriormente, à Administração dos Recursos Hídricos do Centro a sua retirada. Isto que estamos a ver é mais uma desgraça que existe no Rio Vouga, sobretudo no Rio Novo do Príncipe: a destruição das suas margens, por culpa da não intervenção do Estado nesta zona. Se nada for feito ou se não houver uma mudança de políticas, todo este Rio Novo do Príncipe vai desaparecer e vai ficar todo em sapal.*

*Queria deixar aqui, pela minha parte, uma mágoa. Quando foi, nesta Assembleia, votado o plano do Pólis da Ria de Aveiro eu insurgi-me contra a falta de medidas para resolver esta situação. Fui o único, nesta câmara, que me abstive, tendo de seguida reclamado. Hoje tenho muita pena de não ter votado contra para ter ficado bem com a minha consciência. Porque, apesar das insistências que fiz, quer na Comissão de Gestão do Pólis, quer à Direção da Administração Regional dos Recursos Hídricos do Centro, nada foi feito e estão a gastar-se milhões de euros em pequenas brincadeiras ao longo do Vouga para montante e isto, que é estrutural, não foi feito.*

*Agora, uma visão sobre inovação e desenvolvimento. Todas as grandes empresas que são da freguesia de Cacia provam isso mesmo. A Portucel, a CACIA-Renault, a Vulcano-Bosch, a Frunfrap, ou esta empresa regional, são exemplos de inovação, de desenvolvimento, e, por isso, temos de agradecer a todos e que os seus níveis de emprego se mantenham estáveis.*

*Isto é o património histórico de Arte Nova de Cacia. O Solar do Couceiro; a azulejaria e a Arte Nova que temos em Cacia e que gostaríamos de dar a conhecer.*

*Esta riqueza, cultura e desporto de que muito nos orgulhamos.*

*Era esta a abordagem que eu gostava que tivessem visto. Aqui também uma imagem de que seria fundamental — a pista de remo no Rio Novo do Príncipe.*

*Eu só queria, se me fosse permitido Sr. Presidente, só dizer mais duas coisas sobre o que Cacia tem e o que Cacia faz.*

*Esta síntese que estivemos a ver, sobretudo estas datas mais importantes que fazem parte da nossa história, demonstra uma passagem de uma intensa atividade do setor primário para o setor secundário e terciário, tornando a Vila uma referência do desenvolvimento do Concelho de Aveiro e da Região.*

*Cacia está hoje servida de infraestruturas para, em termos aceitáveis, proporcionar uma qualidade de vida aos seus habitantes. Tenho a ousadia de vos comunicar que Cacia é uma das melhores freguesias deste Concelho de Aveiro para viver. Onde o emprego e a sua sustentabilidade induzem uma segurança na sua qualidade de vida.*



*Tem esta freguesia uma vasta área do Baixo Vouga que permite o usufruto de uma biodiversidade ambiental única no município de Aveiro.*

*Os percursos pedestres em fase de implementação, que no seu conjunto perfazem mais de catorze quilómetros e que devem ser visitados e explorados, e para os quais ficam desde já convidados. Esta é diversidade que Cacia oferece a quem quiser usufruir.*

*A freguesia de Cacia dispõe de uma rede de apoio social que, apesar da grave crise em que nos encontramos, tem permitido manter uma razoável coesão social. Dispõe esta freguesia de cinco associações desportivas e quatro culturais, apoiadas pela Junta de Freguesia, que dão à comunidade caciense, aos jovens e menos jovens, a possibilidade de praticarem a atividade que mais desejam.*

*Tem, no entanto, a freguesia de Cacia alguns constrangimentos que urge resolver, tais como: o novo Centro de saúde; e o novo centro educativo. Uma forte melhoria na rede viária e a resolução do grave problema ambiental e estrutural do rio Vouga e das suas margens.*

*E, resolver, de uma vez, a desgraça e o roubo de que Cacia foi vítima provocado pelo “portajamento” da A25 entre Angeja e Aveiro.*

*Queremos agradecer ao Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal, sobretudo ao Dr. Cartaxo e ao Dr. Miguel Araújo, a ajuda que prestaram para esta iniciativa. Convidamos todos a visitarem a exposição presente nos “Passos Perdidos” onde encontraram uma pequena amostra de Cacia. Obrigado.”*

Continuando, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara.

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [035](#)

*“Ao longo das, penso que, cerca de quarenta e cinco de páginas que tem a comunicação pensamos que é possível tirar uma ideia clara e precisa daqueles que foram os aspetos ou as marcas mais relevantes da atividade desenvolvida no município nos meses de dezembro de dois mil e onze e janeiro de dois mil e doze. E é esse período que está hoje aqui em análise.*

*Para ser curto, permitam-me apenas quatro aspetos, dos muitos aspetos que poderíamos relevar nesta introdução.*

*Primeiro para a ação social. Num período difícil em que vivemos queria aqui relevar o empenho quer da Sra. Vereadora, quer dos técnicos do serviço e das instituições, e cidadãos, que têm sido notáveis para tentar minorar aquele que é o sofrimento de muitas pessoas.*

*A segunda nota para a remodelação do sítio do município, parece-nos que está mais funcional, parece-nos que está mais aberto e, também, mais facilitador e convidativo para a participação das pessoas.*

*A terceira nota para os projetos participados. Foram dois meses, na linha dos meses anteriores de intenção trabalho nessa área. Não vos irei, naturalmente, maçar porque pensamos que a comunicação é clara. Quanto ao trabalho que tem sido desenvolvido nos cerca de trinta projetos participados e que temos em curso no nosso Concelho.*

*A última nota para a situação financeira do município. Neste período, como não tivemos REFER, nem SIMRia, nem SOMAGUES, uma vez mais há uma redução significativa do passivo. Em apenas dois meses essa redução, conforme consta do documento, situou-se em cerca de quatro milhões e setecentos mil euros, o que nos parece um número notável.*

*Obrigado a todos os que ajudaram e obrigado ao Executivo e à Assembleia, às Juntas de Freguesia, aos Técnicos e aos Funcionários. O que de bom aconteceu nestes dois meses deve-se a estes cidadãos e a estas instituições.*

*Ficamos ao dispor para questões que queiram colocar.”*

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Nuno Manuel Marques Pereira)

## Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>036</sup>

*“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Exmos Srs. Deputados. Ex.mo Sr. Presidente de Câmara. Ex.mos Srs. Vereadores.*

*Como anunciava há pouco, o PCP teve uma reunião com a Associação Humanitária dos Bombeiros Novos de Aveiro. A situação que nos foi narrada foi uma situação gravíssima. O valor e a importância daquela associação humanitária justifica a plena atenção da Câmara Municipal e também dos Srs. Deputados.*

*A situação que nos foi narrada eu resumiria em cinco aspetos essenciais e que carecem especial atenção da Câmara Municipal de Aveiro.*

*Primeiro aspeto. O negócio das águas importou uma real redução dos contributos financeiros e da situação financeira daquela associação humanitária.*

*Segunda ideia essencial. Houve uma redução do apoio prestado pela Câmara Municipal de Aveiro aos Bombeiros Novos, de cento e sessenta mil euros para cento e vinte mil euros.*

*Terceira ideia importante. Houve uma falta de cuidado por parte da Câmara Municipal de Aveiro no licenciamento de edifícios com uma altura elevada.*

*Mais uma ideia importante. Há uma dívida em atraso da autarquia municipal de Aveiro em relação aos bombeiros na casa dos cento e vinte e cinco mil euros.*

*Última ideia em relação aos bombeiros novos que nos parece importante. É que não houve qualquer informação oficial, para aquela instituição humanitária, em relação à construção do novo quartel.*

*Para nós PCP e tendo em conta a linha política que o atual governo tem feito na destruição do serviço nacional de saúde e na desvalorização das Associações Humanitárias, como os Bombeiros Novos de Aveiro, é fundamental que estas situações se corrijam. Existem, de facto, dificuldades no funcionamento e na operacionalidade numa corporação de bombeiros que opera em sete freguesias do nosso concelho e cuja história cumpre honrar.*

*Ainda dentro deste ponto, chamamos a atenção para o seguinte. Existe uma discussão pública de um regulamento municipal de taxas e outras receitas que tem vindo a ganhar alguma notoriedade devido à movimentação de uma associação hoteleira que opera também na nossa região. Para nós, PCP, esta situação é grave. E é grave por duas ideias. Primeiro, há um conjunto de taxas que são aumentadas neste novo regulamento municipal, e que apenas está acessível via Diário da República. Porque no sítio da internet da Câmara não está lá. Portanto, quando falamos de informação, esclarecimento, divulgação, aí está um mau exemplo. Para além de se aumentar um conjunto de taxas, como já foi assinalado, existe também um aumento de uma taxa de um euro por cada dormida em Aveiro. Uma taxa que está explicitado no regulamento que é para o turista. E ainda uma outra, em que cada passeio na Ria aí vai mais um euro para a Câmara Municipal de Aveiro. Para nós, isto não é maneira de receber, isto não é hospitalidade. Cremos que a situação dos problemas financeiros da autarquia não passa, necessariamente, por esta lógica de algum aproveitamento das potencialidades turísticas da nossa região.*

*Em relação à comunicação escrita do Sr. Presidente da Câmara. A comunicação escrita segue a lógica das últimas. É uma comunicação incapaz na autocrítica, num momento de contenção, Não que se pretenda que o Sr. Presidente da Câmara faça, enfim... mas não é correto que na comunicação do Sr. Presidente as coisas apenas variem entre o ótimo e o excelente.*

*De facto, não cremos que seja essa a perspetiva, nem que isso valoriza a comunicação do Presidente. Este tipo de traço não faz muito sentido.*

*A comunicação do Sr. Presidente de Câmara tem alguns elementos que cumpre chamar a atenção. Primeira, tem muitas páginas e tal, com certeza, não será defeito. Mas a verdade é que há páginas, há zonas de texto que são ‘ipsis verbis’, exatamente o mesmo que vinha nas comunicações anteriores. Nós cremos que não é necessário forçar-nos a este exercício de*



*decora em relação ao trabalho da autarquia. E há situações em que isto, não só é chocante para a vista, como incidem em questões importantes da nossa vida coletiva e marcos da nossa sociedade. Por exemplo, em relação aos trabalhos de reorganização, de rearranjo, de ordenamento da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, o texto é exatamente o mesmo, estamos quase a decorá-lo. Mas nota-se essencialmente isto: é que não há desenvolvimentos.*

*Ou seja, de comunicação do presidente para comunicação do presidente os dados são exatamente os mesmos, ficando-se com a ideia que nada aconteceu. E isto preocupa-nos. Tanto nos preocupa porque a autarquia promove a ideia de uma sociedade em movimento e isto não corresponde à realidade. E o PCP denuncia-o.*

*Há ainda um outro aspeto em relação à comunicação do Presidente e que o próprio presidente da Câmara, Dr. Élio Maia, acabou de sublinhar. Tem a ver com a reorganização da página do município, com o seu rearranjo. Na Comunicação do Presidente estão lá os chavões do costume: a facilidade, o acesso — por aí fora! Mas a verdade é esta.*

*Mas na página do município em matérias importantes para a vida do município, como por exemplo esta proposta de regulamento municipal de taxas e outras receitas, ou como por exemplo as atas das reuniões do executivo camarário, pasmem-se que desde novembro de dois mil e onze até hoje não estão disponíveis! Ou seja, nós PCP, deputados municipais, não podemos da melhor forma exercer o exercício de fiscalização do trabalho do executivo camarário apesar de estarmos capacitados legalmente para o fazer.*

*Em relação a outro ponto focado e que se prende com as Contas da autarquia. Observando as Contas ficamos muito intrigados. Ficamos muito intrigados e preocupados. Na realidade são apresentadas umas “Contas” em que existiria uma redução do valor da dívida em cerca de cinco milhões de euros no espaço de um mês!? Para nós PCP não é absolutamente claro que tal se tenha dado — da mesma forma que, não é nada claro como é que isso aconteceu. Naturalmente não foi economizando no gasto da fita-cola que se poupam cinco milhões de euros? Ora, este dinheiro onde é que ele foi poupado? Cremos que este é um esclarecimento que vos cumpre dar.*

*Observando as Contas vemos o seguinte: a Câmara Municipal de Aveiro tem receitas anuais de cinquenta a sessenta milhões de euros. O ‘gap’ é grande, bem sei, mas andaré por aí. As despesas fixas com pessoal são de doze ponto um milhões; terá um serviço de dívida de dezoito milhões e aquisições de bens e serviços de vinte e um ponto oito milhões.*

*Naturalmente estes números não são absolutamente fidedignos, haverá aqui alguma simplificação de contas, de qualquer forma percebe-se que haverá em justa medida uma correspondência entre receitas e despesas que não há hipótese de se fugir a elas.*

*Naturalmente tem de se pagar aos funcionários; o serviço de dívida tem de ser cumprido; há um conjunto de aquisições de bens e serviços que a Câmara não pode dispensar.*

*Mas preocupa-nos isto: é que fica claro que não haverá pelo menos é o que parece (à falta de melhor explicação), margem para qualquer investimento da autarquia. Ora esta é uma situação que nos preocupa e que queremos ouvir uma explicação do Sr. Presidente de Câmara. Aproveitando o tempo que ainda nos resta há mais um aspeto que o PCP não pode deixar de trazer aqui hoje, e que se prende com o processo de construção de uma ponte sobre o Canal Central.*

*Assunto já bastante discutido no nosso concelho, bastante discutido aqui nesta Assembleia Municipal, bastante na sociedade aveirense, mas a verdade é que aquilo que é o passo errado, aquilo que tem sido a postura errada da Câmara Municipal de Aveiro, à partida e à falta de novos dados, mantém-se. Isto preocupa o PCP na exata medida em que esta Câmara Municipal de Aveiro que faz um Orçamento Participativo, que nós não estamos de acordo com ele, mas que diz que o faz com um conjunto de premissas e de ideias da participação cívica, do “vamos todos dar a nossa opinião”, de construção coletiva política da cidade! Na realidade, perante uma situação concreta em que o povo de Aveiro, e é o povo de Aveiro que fala e que se manifesta de viva voz, com as milhares de assinaturas, centenas de textos escritos, de*

*participações políticas, de forças políticas e de outras pessoas da nossa sociedade, a realidade é que a Câmara Municipal de Aveiro não é capaz de mudar uma “vírgula” em relação a isto! O Sr. Presidente da Câmara e o Executivo Camarário têm ao caso da discussão sobre a Ponte no Canal Central uma boa ocasião de fazer o exercício de contrição — fica-lhes bem. Terão o apoio do povo de Aveiro e, seguramente, essa será a melhor prova de apoio que irão ter. Tenho dito.”*

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>037</sup>

*“Ponto um. Vou começar pelo Canil Municipal de Aveiro porque infelizmente está mais que demonstrada a falta de vontade da Câmara Municipal de Aveiro para corrigir as irregularidades que existem naquele canil, e de seguir uma política em prol dos direitos dos animais e também da Saúde Pública. Sabemos que a Câmara está acerca de um mês a recusar os pedidos dos munícipes para recolherem os animais abandonados com o argumento de que o canil vai, ou iria, ser fechado pela Direção-geral de Veterinária. O problema é que também sabemos que esse argumento é falso. Portanto, uma mentira. O que a Direção-geral de Veterinária fez foi, em agosto, notificar a autarquia para que, no prazo de três meses, procedesse às obras a que a lei obriga. O Bloco também sabe que vários ativistas dos direitos dos animais, porque esteve em reunião com eles, se ofereceram por custear as obras do canil sem quaisquer encargos financeiros para a autarquia e que, mesmo assim, esta recusou.*

*Parece que a ideia de participação dos cidadãos na vida política local que esta Câmara anuncia não passa disso mesmo, de folclore. E nem quando os cidadãos se oferecem para resolver, imediatamente, um problema grave a autarquia aceita. A incompetência política e técnica desta Câmara parece não ter fim. O Bloco esteve hoje em contacto com alguns desses ativistas e quer ver respondidas aquelas que são perguntas de ambos, do Bloco e dos cidadãos: porque razão, desde agosto, após uma inspeção da Direção-geral de Veterinária e subsequente relatório indicando as correções a fazer, nada, mas mesmo nada, foi feito, colocando em risco a saúde pública e a vida dos animais? Porque razão deixaram as coisas chegar ao ponto de agora não poderem aceitar mais animais no canil, tendo de os enviar para outros? Porque razão não avisaram a população a tempo de os salvar da morte certa, negando até à última a necessidade de os retirar do atual canil? Porque razão continua a Câmara a dizer que nada sabia? O veterinário trabalha para a Câmara.*

*Porque não aceitaram a oferta dos voluntários em realizar as obras no canil? E não aceitaram a sala de esterilizações, cuja existência seria fundamental para uma orientação política correta em relação aos animais?*

*Ponto três: loteamento. Está-se a construir muito e mal na periferia urbana do concelho. Em detrimento do que deveria ser a política de construção na área mais central. [apresentação de fotografia].*

*Estes novos espaços de construção, feitos de raiz, não respeitam minimamente os parâmetros de dimensionamento previstos no quadro um e dois, da Portaria 216-B/2008. Eu estou a falar de espaços verdes públicos, na largura dos passeios, do estacionamento público.*

*Esgueira será, talvez, a freguesia mais afetada por esta desresponsabilização da Câmara Municipal de Aveiro e está a tornar-se um inferno para quem lá vive. É preciso alterar os incentivos fiscais, taxas mais baixas, para que se construa nas periferias do concelho em detrimento da construção central.*

*E a minha pergunta, tendo em conta a fotografia que está ali, que é de uma rua que ainda nem sequer está aberta ao trânsito. É uma rua que acaba num beco, num sítio onde há mais carros que estacionamento, onde não se colocou uma árvore, onde não se arranjou um único sítio para estacionar. A pergunta é: até quando a Câmara Municipal de Aveiro vai continuar a optar por esta óbvia destruição urbana?*

*Ponto quatro. Chama-se concursos de admissão de pessoal, ‘jobs for the boys’ ou se preferirem “cunhas”.*

*Nos ‘suspeitos’ concursos de admissão de pessoal que a Câmara realizou recentemente as suspeitas parecem ser legitimamente mais que isso mesmo.*

*Porque qualquer manipulação de resultados, em qualquer concurso deste tipo, que visa favorecer um candidato em detrimento de outro é grave. Tenho aqui um exemplo de como isso parece que foi feito pela Câmara Municipal de Aveiro.*

*Chegou-se ao exemplo de como aquele que é o melhor candidato é posto de lado. Estou a falar de uma cidadã aveirense, para que não restem dúvidas, vou dizer o nome. Já vi o processo de concurso todo desta cidadã de nome, Teresa Silva Lopes Pereira.*

*Esta cidadã teve na prova de conhecimentos (prova técnica menos manipulável na nota), quinze vírgula vinte e cinco valores. E com esta nota foi a melhor do concurso.*

*Um outro cidadão, Ricardo Santos, teve nesse mesmo teste doze valores. Na entrevista, a cidadã Teresa precisaria apenas de nove vírgula cinco valores, face ao resultado dos outros para ser selecionada. Coincidência das coincidências teve, nove! O problema destes concursos, tal como tudo na política, é que não têm apenas de ser sérios têm de o parecer — e o da Câmara Municipal de Aveiro não pareceu nada sério. Passo rapidamente a explicar porquê. E eu tenho o processo aqui que é demonstrativo como se manipulam concursos.*

*Em primeiro, até pode ser legal, mas não é aceitável. O júri não foi composto por membros do CEFA, mas sim da Câmara Municipal de Aveiro — e seria de esperar que fossem do CEFA. Mas as suspeitas não ficam por aqui. O candidato escolhido, o selecionado, chegou a ter cotação numa pergunta que foi alterada à posteriori, segundo a ata seis, na questão três, e depois teve cotação em duas perguntas em que respondeu numa análise técnica, de forma errada.*

*O que está em causa é que, há uma cidadã que, depois de ter sido a melhor no exame técnico não foi selecionada.*

*E analisando os documentos que eu tenho aqui, a comparação é fácil. Tenho por exemplo, que a mesma cidadã que teve quinze vírgula cinco valores, na entrevista na alínea “conhecimento dos problemas e tarefas inerentes à função” tem a nota menor em quatro valores. Isto quer dizer que a Câmara considera que a cidadã que responde melhor no teste técnico não tem conhecimento dos problemas e tarefas inerentes à função!?! (Ouvem-se vozes).*

*É verdade Senhor Vereador, quando se quer meter familiares, quando se quer meter a esposa na Câmara por exemplo, aí sim... é verdade!*

*Ponto cinco. Ponte. E vou ser rápido porque o meu colega de bancada ainda irá falar sobre a ponte. Depois da demonstração da vontade da população em que a ponte sobre o Canal não seja construída, o mínimo dos mínimos que se exige a este Executivo é que pare, escute e olhe. Se olhar, talvez pela primeira vez veja alguma coisa na vida e não cometa aquilo que pode ficar para a história como a maior aberração da cidade.*

*E para terminar, queria falar de uma notícia que o jornal nacional Público traz hoje. Cinco câmaras foram no ano de dois mil e dez responsáveis por vinte e dois por cento da dívida total das autarquias! A notícia é do Público, mas os dados contam do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de dois mil e dez, no qual Aveiro é o terceiro Concelho que mais deve. O interessante destes dados é que destas cidades estão cinco concelhos que, para o padrão nacional, são concelhos com uma população acima da média: Porto, Lisboa e Gaia.*

*Depois aparecem os concelhos de Aveiro e de Portimão. Concelhos médios na população mas enormes na dívida. E é isto que não faz sentido absolutamente nenhum porque a enormidade da dívida do Concelho de Aveiro nem sequer serviu em nada para beneficiar a população. Antes pelo contrário. O Concelho de Aveiro tem-se encolhido exageradamente naquilo que são os serviços essenciais prestados à população e a própria política social. A pergunta lógica é: onde é que está o dinheiro? A resposta é: está enterrado na continuidade da política*

*desastrosa deste Executivo. E convém dizer que estes dados se referem a dois mil e dez e não a anos anteriores.*

*Portanto, o mínimo que se pede é que esta maioria do PS, do PSD e do CDS, assumam de uma vez por todas os seus resultados catastróficos e não venham falar do passado. Muito obrigado.”*

Vogal Paulo Marques (CDS)<sup>038</sup>

Vogal João Barbosa (PS)<sup>039</sup>

Vogal Rui Vaz (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>040</sup>

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Depois de ouvir tanta gente a dizer mal tenho mais vontade ainda de dizer bem. A minha intervenção que há pouco iniciei vem nesse sentido de dar nota do empenho e da postura que esta Câmara tem tido para com a minha freguesia, para com S. Jacinto, para rapidamente resolver todos os problemas e todas as situações que nós vamos trazendo.*

*E serve basicamente para isto. Para agradecer ao Sr. Presidente e aos Srs. Vereadores. Às vezes, com um simples email temos conseguido resolver problemas que se arrastavam e que têm sido resolvidos muito rapidamente. Muito obrigado.”*

Vogal Filipe Guerra (PCP)<sup>041</sup>

Vogal Rui Vaz (PPD/PSD)<sup>042</sup>

Vogal Romana Fragateiro (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>043</sup>

*“Ex.mo Senhora Presidente, Ex.ma Câmara, Ex.mos Senhores deputados, Ex.mo Público, Comunicação Social. O envelhecimento da população em Portugal está a atingir dimensões alarmantes que nos preocupam a todos nós enquanto cidadãos deste país.*

*A passagem de um modelo demográfico de fecundidade e mortalidade elevados, para um modelo em que ambos os fenómenos atingem níveis baixos, origina o estreitamento da base da pirâmide das idades, com redução de efetivos populacionais jovens e o alargamento do topo com acréscimo de efetivos populacionais idosos.*

*A idade da reforma, os meios de subsistência, a qualidade de vida dos idosos, o estatuto dos idosos na sociedade, a solidariedade intergeracional, a sustentabilidade dos sistemas de segurança social e de saúde, estes são pontos de reflexão que nos inquietam para a qual procuramos encontrar respostas.*

*Segundo fonte do INE, a população idosa aumentou quase um milhão. Passando de 1.702.120, em 2001 para 2.023 milhões de indivíduos idosos, representando cerca de 19 % da população. 60% da população idosa vive só ou em companhia exclusiva de pessoas também idosas.*

*O número de pessoas idosas a viver sozinhas ou a residir exclusivamente com outros indivíduos com 65 ou mais anos aumentou cerca de 28% desde 2001.*

*A população idosa residente no concelho de Aveiro é de 13.476 sendo de 1.754 na freguesia de Esgueira — a segunda com maior número de idosos sendo apenas ultrapassada pela freguesia da Glória.*

*Este problema preocupa-nos cada vez mais. Pensamos que todas as Autarquias têm por obrigação estar alerta e não só. De terem também projetos muito concretos para responderem a esta faixa etária. Pensamos enquanto freguesia que, o nosso papel vai muito além da delegação de competência já conhecidas. Nós enveredamos por um conhecimento mais profundo da realidade social existente na nossa freguesia, optando por ter uma ação direta e de proximidade.*

*Apesar do apoio que todas as IPSS dão tal é manifestamente insuficiente. Por isso mesmo a Freguesia de Esgueira tomou a iniciativa no sentido de organização de um Projeto de*

*voluntariado de proximidade com vertente social de apoio a idosos denominado: “ Sorrir a ajudar os idosos”.*

*Sendo os objetivos deste projeto os seguintes: Reduzir a solidão e o isolamento dos idosos da Freguesia; Melhorar a qualidade de vida (ajuda na ida à farmácia, supermercado, médico, na execução de pequenas tarefas limpeza e manutenção na residência de cada um, etc.); Servir os interesses dos idosos através da demonstração da flexibilidade e potencialidades do voluntariado; Promover a intergeracionalidade com grupos da Freguesia.*

*Cruzando com este projeto, surgiu uma nova iniciativa denominada “Conhecer a População Idosa de Esgueira”, identificando as principais necessidades sociais e outras, através de um inquérito à população. Para a concretização deste projeto contamos com uma voluntária licenciada em Sociologia.*

*Esta problemática pode não ser considerada a de maior prioridade, mas é muito atual. Todos os autarcas especialmente os dos órgãos de maior proximidade das populações devem sentir-se inquietos e agir.”*

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[044](#)

*“Senhora Presidente, excelentíssimo Executivo, Vereadores, munícipes, boa noite. A minha intervenção relativamente à Comunicação do Senhor Presidente prende-se com dois aspetos que penso que poderão ser repartidos nas duas intervenções que vou fazer.*

*A primeira questão relaciona-se com os números financeiros que aparecem aqui nesta Comunicação.*

*De facto ao lermos a Comunicação do Senhor Presidente, nós podemos constatar que o panorama descrito na Comunicação não é um panorama animador!? Nomeadamente quando há uma redução de cinco milhões de euros na dívida. Não obstante esse facto, e por mera coincidência, foi ontem publicado o Anuário dos Municípios Portugueses e temos aqui um problema que eu acho que é necessário esclarecer — é que o panorama animador que aparece na Comunicação do Senhor Presidente é claramente contrariado pelos números que vêm no Anuário. Salvaguardando a diferença temporal, porque o Anuário tem os últimos dados reportados a 2010, e eu diria que podemos estar perante uma operação fantástica perante o ano de 2011.*

*Mas atentemos no seguinte: O Anuário é um documento relativamente denso, onde poderia parecer difícil sem recorrer a meios informáticos e encontrar a referência à Câmara Municipal de Aveiro, mas não é! Não é por uma razão simples. É que a Câmara Municipal de Aveiro aparece sempre nos mapas que estão a vermelho. E os mapas que estão a vermelho não indiciam em nada, não se afiguram nada animadores para aquilo que é a situação financeira do município de Aveiro.*

*Mais, de oito mapas a vermelho, não só constatamos que a situação é preocupante no ano de 2010, como constatamos que a tendência que tem vindo a ser seguida pelo município de Aveiro ao nível económico ou financeiro, é uma tendência negativa!? Ou seja as condições têm-se vindo a agravar — e eu estou apenas e meramente a constatar o que está escrito e o que está descrito no Anuário relativamente à Câmara Municipal de Aveiro.*

*Eu fiz aqui uma breve resenha de alguns indicadores, mas deixe-me focar neste Ponto.*

*Há uma diminuição de dívida de cinco milhões de euros da última Comunicação para esta, mas se atentarmos àquilo que aparece em termos de dívida exigível, ela nos últimos cinco anos veio sempre a crescer, esteve sempre a crescer. Vejam 118, 131, 136, 154, 161 milhões de euros e estou a falar de dívida, não estou a falar do passivo.*

*Temos aqui um conjunto de outros indicadores interessantes, sobre os quais não me vou alargar, porque estou expectante para ver na próxima Sessão da Assembleia Municipal, quais são as Contas que a Câmara tem para nos apresentar. Até porque agora não me reportando ao anuário e analisando aqui uma evoluçõzinha do que são os números da C amara, há aqui*



*um comportamento padronizado. E o comportamento padronizado é este e vamos ver se isto se repete é que, a dívida da Câmara vem sempre diminuindo ao longo do ano e curiosamente na altura em que a Câmara apresenta as suas Contas a dívida registada aumenta sempre. Ouça está aqui o padrão. Está aqui o padrão! E no fundo a pergunta é: porque é que isto acontece? Mais, eu também gostaria que o Senhor Vereador que está tão interventivo nos explicasse aqui a rubrica de Acréscimos e Deferimentos? Eu sei que não é muito do seu agrado, mas essa rubrica ao contrário das outras todas, tem vindo a crescer sucessivamente. Vejam. 12, 21, 28, 38, 40!? E já agora, seria muito interessante com certeza, que me pudesse esclarecer porque é que aparecem aqui estes valores (ouvem-se vozes) Bem sei que o Senhor não quer falar disso, mas eu com o meu colega de bancada falo frequentemente. E não me vou alargar muito mais sobre esta questão, mas a questão fundamental, e para não nos descentrarmos daquilo que é importante, é que há claramente uma contradição entre um documento que foi publicado e saiu ontem e aquilo que a Câmara e que o Senhor Presidente apresenta na sua Comunicação — salvaguardando obviamente a diferença de datas entre o final de 2010 e o final do ano de 2011.*

*Portanto aguardaremos com serenidade as Contas reportadas ao ano de 2011, para podermos confirmar ou não, se a tendência se mantém. Até porque como o Senhor Presidente bem sabe este é o ano onde a Câmara terá que começar a liquidar o capital de empréstimo contraído. Disse.”*

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[045](#)

*“Boa noite a todos novamente. Eu acho importantes as dúvidas e as questões que são colocadas pelo Francisco Picado. É precisamente para isso que a Assembleia Municipal merece ser esclarecida e é por isso que estamos cá! E portanto, folgo que haja estas questões e certamente a Câmara nada teme relativamente a estas questões.*

*Agora o que é importante também, que eu acho que é importante é que, a Câmara até as pode explicar uma, duas, três, quatro, cinco vezes, mas que entendam a explicação de uma vez por todas, pronto.*

*Bom, mas por isso não vou referir-me mais a esta questão à exceção a uma pergunta que eu acho que já foi colocada e que eu acho que é importante também. Eu gostaria de saber se a Câmara Municipal de Aveiro está preparada para responder neste momento em menos de 15 dias ao Senhor Ministro Miguel Relvas para apresentação das Contas? Porque acho que isto é importante, quer dizer: se a Câmara não estiver preparada para responder rapidamente a esta questão, significa que não tem o trabalho de casa feito e não tem as coisas feitas.*

*Portanto se responder corretamente e se anuir esta questão significa que de facto têm feito o trabalho de casa, têm as coisas organizadas na Câmara e portanto é um ponto a favor da Câmara Municipal de Aveiro, como é óbvio.*

*Relativamente ao Parque da Sustentabilidade. De realçar o que está de facto a acontecer que é: as obras estão a ocorrer e vão continuar a ocorrer. E é importante que os aveirenses sintam isso e que venham futuramente a usufruir novas infraestruturas, com qualidades bastantes boas e isso é fundamental. Só o simples facto de podermos vir a usufruir de um passeio contínuo desde quase a zona da lota, futuramente, até à zona da Rua das Pombas, acho que é fundamental e acho que quem pensar bem sobre esta questão certamente não deixará de, não só de agradecer, mas também verificar que é uma decisão correta. É uma decisão política, é uma opção, pode ter as suas vantagens e desvantagens, mas as pessoas foram eleitas com base em programas eleitorais e portanto têm legitimidade de avançar com essas opções.*

*Também coisas boas: a estrada das Agradas está quase a ser resolvida. É uma questão também que é importante para a mobilidade do próprio concelho, em particular das freguesias citadinas de Aveiro com ligação à A25. Acho que dentro de pouco tempo teremos novidades e*

*boas novidades, relativamente a essa situação, o que vai certamente aliviar um pouco mais a circulação no centro da cidade, o que é bastante bom.*

*Eu vou referir-me aqui assim a uma questão que normalmente eu levanto que é a LUSOSTELA. Já está a meia haste ou seja, sempre trouxe esta questão aqui e de facto folgo em saber que de facto aos poucos e poucos aquilo está a ser resolvido. Aquele mono que estava lá de facto mais ao abandono, de que me queixo, espero que não caia para o lado da estrada, mas aquele mono vai finalmente abaixo e pelo menos a perigosidade e as questões da segurança que ali se colocavam podem de facto vir desde já a serem resolvidas.*

*Para futuro, eu não sei o que é que se prevê neste momento, acho que a Câmara não sei se tem informação sobre isso, para futuro naquele espaço o que é que poderá vir a conter. E já agora não sei se queria se calhar referir também um aparte, já que estamos no envolvimento dessa zona, da zona ali assim da futura rotunda, se for o caso disso, junto também à LUSOSTELA, o que é que está a pensar ali para aquela zona? Acho que é importante.*

*Finalmente uma pergunta que eu tenho para colocar que me chegou aos ouvidos. Eu sei que a Câmara tem andado em conversas com pessoas da zona do Cais do Paraíso relativos à questão das Taxas. Eu ouvi dizer, não sei se é verdade e portanto peço que me confirme isso, de que houve uma, eu diria assim, uma nova tentativa para onerar estas pessoas que vivem junto ao Cais do Paraíso, com uma taxa específica. Não sei se é verdade. Se o é, gostaria de me esclarecer isso e gostaria de saber o que é que está a ser feito para aliviar essas pessoas, que eu acho que é de facto uma injustiça incrível se isso vier a acontecer. Disse.”*

Vogal Seíça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[046](#)

*“Boa noite Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, boa noite Senhores Deputados e público em geral. Eu começava por fazer uma pergunta ao Senhor Presidente sobre um assunto que particularmente me preocupa, que é o seguinte: sei que existe um protocolo entre a Câmara e o Ministério da Justiça, mediante o qual a Câmara em tempos cedeu o Convento das Carmelitas para instalar o TAF enquanto se executava as obras do Campus da Justiça. Sabendo, como sabemos, que o Campus da Justiça neste momento está suspenso, sabe-se lá até quando, eu gostava de saber como é que este protocolo continua a existir? Existe algumas conversações com o Ministério da Justiça ou a situação é para se manter? Isso era a primeira pergunta.*

*À semelhança também de outros deputados, eu trago novamente aqui alguns problemas que já falei e começo por chamar a dos arrumadores que continuam a incomodar os habitantes e as pessoas que querem estacionar os seus carros. Que tendo que pagar os parcómetros, ainda tem que dar umas moedinhas aos arrumadores. Acho que está na altura de a Câmara, seja através de que Pelouro for começar a resolver este problema porque começam a ser cada vez mais agressivos e isso causa cada vez mais receio às pessoas que têm que deixar os seus carros naqueles locais.*

*Queria também falar de outro assunto que me diz muito, que é o problema do estacionamento permanente na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, junto à casa Martelo. É absolutamente inacreditável aquilo que se passa lá todos os dias. Ainda hoje vinha uma carrinha de marcha-atrás para entrar na Avenida Santa Joana. É impossível. Por que é que isto acontece!? Qualquer dia há ali um grande acidente, além de haver outros problemas com certeza, porque há ali insultos permanentes dos carros que dão a volta e depois não deixam entrar no Parque de Estacionamento. Os carros não podem entrar para se dirigir ao Parque de Estacionamento — eu acho que isto não pode ser. Já é uma situação que dura há tempo demais do que suficiente para poderem resolver. Até porque a Polícia já tem sido chamada a intervir.*

*Outro assunto é o trânsito da Rua Direita. Já não é aquilo que se falou na última Assembleia. Continua a ver-se todos os dias as pessoas agora começam a ter algum receio, porque os*

*carros tanto sobem a Rua Direita como vem da zona dos correios e descem. Aquilo é uma zona pedonal, tem que se resolver o problema, porque as pessoas não podem andar numa zona pedonal cheios de receio que os carros os possam atropelar — e penso que a Câmara também tem que fazer alguma coisa nesse aspeto.*

*Por último em relação à Comunicação Escrita do Senhor Presidente. Eu gostava de fazer o seguinte reparo no que diz respeito ao contencioso. Já da última vez eu fiz essa observação e volto a fazê-la: é que não basta dizer aqui que os processos não referenciados, não conheceram qualquer movimento processual no período em referência! De quando em vez, creio que os Senhores deverão apresentar o número de processos que estão em curso ou que estão pendentes. Porque nós precisamos de saber os processos que existem. Porque não é pôr aqui meia dúzia de processos e depois não saber quais são os outros que estão pendentes.*

*Finalmente, pela primeira vez, eu estou a constatar uma situação algo curiosa. É que hoje o nosso Executivo é maioritariamente feminino!? O que é uma coisa rara! Nem sei como é que o Dr. Capão Filipe ainda não tinha reparado porque costuma ser muito atento a estas coisas. Tenho dito.”*

Presidente da Mesa<sup>047</sup>

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>048</sup>

*“Muito boa noite. Eu gostaria de fazer minhas, as palavras da Senhora oradora que me antecedeu, com as preocupações que manifestou. Eu também as manifesto.*

*É de facto uma preocupação o problema dos arrumadores. É um problema social, grave, que de facto afeta toda a sociedade, toda a comunidade aveirense, para o qual eu solicitava aqui uma atenção muito especial da parte do município.*

*Relativamente à questão, talvez à questão central, que está mais na Ordem do Dia, que é a questão da construção da Ponte, eu não poderia deixar de dar a minha opinião aqui. É o local privilegiado para o fazer e para transmitir aos aveirenses aquilo que eu sinto.*

*E aquilo que eu sinto é que, eu cresci no Rossio, com família no Alboi, e acho que esta Ponte vem com 50 anos de atraso.*

*Esta Ponte é necessária. É extremamente funcional. É arrojada. É uma excelente solução.*

*Eu não sou Arquiteto, sou um cidadão que estou convencido. Vai apreciar, sou uma das muitas, muitas, pessoas, que irão usufruir e irão apreciar a obra que está a nascer.*

*E sinceramente eu respeito muito as outras opiniões de cada um. Mas penso que o debate que foi feito recentemente, penso que deveria ter sido feito se calhar há quatro anos atrás ou há três. A ponte é legal. A ponte cumpriu todos os passos ao nível do debate ao nível da discussão ao nível da aprovação. Houve um tempo para deliberar, para debater. Há um tempo para decidir, há um tempo para construir.*

*E eu só aspiro é que esta ponte seja bem-feita e que venha de facto resolver aquilo para que ela nasceu, para que ela foi criada. É muito importante, como já disse o meu colega da bancada João Carlos Valente, criar aqui uma unidade. Uma ponte é uma passagem para a outra margem. É uma ligação permanente entre várias unidades, entre várias zonas verdes. E portanto eu acho que Aveiro só fica valorizada com esta ponte que ainda por cima, se repararem bem, é a única ponte que se poderá atravessar com confiança. Esta ponte quebra o visual efetivamente. Mas onde está a ponte praça, quebra claramente o visual de todo aquele traçado, todo aquele espelho de água. Nós, quando passamos a ponte, não só não vemos a água, como nos arriscamos a cair. Há muito boa gente, como a minha mãe que já caiu e partiu o braço. Portanto isto não é normal. Não há pontes amigas, como aqui já alguém se manifestou a favor (o Sr. Presidente da Junta da Vera Cruz), muito bem, a “cidade amiga dos cidadãos”, amiga do ambiente. As nossas pontes não são amigas do cidadão. É muito difícil passar as nossas pontes. Se repararem bem uma pessoa com dificuldades de mobilidade ou por exemplo com uma cadeira de rodas ou uma Senhora com um bebé numa cadeirinha, não passa*

*nas nossas pontes ou passa com dificuldades. Por exemplo a de trás da Avenida, para aqui assim o Fórum, há alguma ponte que seja atravessável? Se calhar há. Mas é muito difícil, é uma volta muito grande. A verdade é que a única ponte que nós temos deste lado da cidade que efetivamente cumpra uma função e uma função com segurança é a ponte que vai ser construída — e é muito bonita na minha ótica. Eu peço desculpa de ir contra a vossa corrente, respeito muito a vossa opinião, mas peço-vos que respeitem também a minha opinião. Eu acho que esta ponte de facto não é nenhuma aberração. Esta ponte acho que vai ser um encanto e vai ser muito útil para os cidadãos de Aveiro.*

*Uma última palavra nesta primeira intervenção que é a seguinte: De facto nestes dois meses dificilmente se poderia esperar fazer-se mais; eu acho que se fez muito.*

*E acho que se fez muito em prol de Aveiro e deram-se passos importantes. O volume de investimento que está aprovado e que está em curso é muito elevado. E portanto isto está a exigir um elevado acompanhamento da parte do executivo, como vai exigir da nossa parte também um grande esforço de acompanhamento.*

*E aqui não deixo de manifestar a minha preocupação de facto pela Lei que saiu recentemente, há uma semana, que é a Lei n.º 8/2012, que pode constituir um bloqueio à ação das Juntas de Freguesia, à ação das Câmaras Municipais e à ação dos organismos supra municipais. Porque é importante na minha ótica, isto no plano conceptual. Reparem, se esta Lei tivesse saído, não tínhamos as derrapagens que houve e que estamos agora a viver. É verdade!*

*Só que como já as derrapagens estão feitas neste momento penso que o fundamental é, às autarquias todas, não apenas à de Aveiro, dar as condições para que elas consigam galgar, ultrapassar, as suas dificuldades.*

*E portanto não basta agora apertar a tarraxa e dizer assim — “meus amigos têm agora 30 dias para apresentar a relação das vossas dívidas e 90 dias para apresentar um plano para as regularizar”.*

*Eu estou convencido que o nosso Executivo e com o nosso apoio vai conseguir apresentar, dar resposta positiva a estas questões, que agora foram recentemente colocadas e naturalmente nós também iremos ser chamados a participar porque a Lei obriga à participação da Assembleia Municipal, nomeadamente na assunção de compromissos plurianuais que irão ser a partir de agora objeto, ou do passar pelo crivo da Assembleia Municipal — isto vem dentro também da linha do reforço dos poderes da Assembleia Municipal no âmbito de outra coisa, e com isto termino, para o qual nós muito brevemente vamos ter todos que ser chamados a debater (conforme também aqui já alguém disse, penso que foi o PCP) é que vamos ter mesmo que pegar pela questão da Reforma Administrativa. Que não se confunde com um mero recorte do território. Não é nas Freguesias apenas que nós temos que falar. Temos que falar é de muita coisa que está associada à necessidade de uma reforma, de uma profunda reforma administrativa. Não é apenas somar ou subtrair freguesias, somar ou subtrair municípios.*

*Até poderia aqui lançar um debate extremamente interessante. Então uma vez que o município está a falar aqui e está a mexer em tantos Planos de Ordenamento do Território, olha seria interessante penso, começarmos a pensar se não valeria a pena fazer a junção de Aveiro com Ílhavo?*

*Em termos de Planeamento, em termos de continuidade geográfica, em termos culturais, há alguma coisa que nos separe? Não. Eu tenho uma grande afinidade por toda esta região e daqui vejo a Barra e a Costa-Nova como sendo as praias de Aveiro juntamente com São Jacinto. Portanto nada nos separa e, portanto, penso que estará tudo em aberto para de facto essa grande discussão que todos os aveirenses vão ter que fazer. Muito obrigado Senhor Presidente.”*

Vogal Celina França (PS)[049](#)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)[050](#)

Vogal João Barbosa (PS)[051](#)



Presidente da Mesa<sup>052</sup>

Vogal Paulo Jesus (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>053</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Muito boa noite a todos. Eu vou assentar a minha intervenção num tema que é central na Comunicação do Senhor Presidente e que tem sido central no debate público na cidade nos últimos tempos que é o Parque da Sustentabilidade.*

*E há vários Planos em que eu gostaria de olhar para este projeto. Um e o primeiro, tem a ver com o mérito dos projetos que a meu ver deve ser analisada em três esferas. Uma que tem a ver com a qualidade dos projetos (e em que nós neste fórum temos mais dificuldade de debater) e que eu considero mais técnico, evidentemente técnico, e outros dois que têm a ver com os benefícios e com os custos dos projetos e portanto, da equação custo/benefício — que é uma equação que não é estática no tempo, evidentemente.*

*Não sou obviamente a favor de que qualquer executor, gestor, governante, esteja constantemente a olhar para esta equação, mas há eventos evidentemente que nos devem fazer olhar para isso e este momento atual é um deles.*

*E eu ia obviamente centrar-me na questão dos custos e benefícios dos projetos mais polémicos. A maioria dos quais o PS se tem manifestado há bastante tempo a sua discordância em várias ocasiões.*

*A primeira que já foi aqui várias vezes referida é a ponte que liga o Alboi ao Rossio. E do que eu pude ir percebendo do debate dos últimos anos no município e das intervenções do presidente do município, o município apresenta dois benefícios básicos dessa ponte. Um é que esta Ponte pode promover um desenvolvimento numa zona de restauração e entretenimento no Alboi!? Isso não é escondido, é público e é evidente. E outra tem a ver com o encurtar distâncias, melhor mobilidade e promover o tal contínuo verde na cidade de Aveiro.*

*Agora falemos dos custos desta Ponte. O primeiro custo está relacionado com o primeiro benefício. E esta obra, este projeto, tem o custo potencial e à semelhança do que se passa na zona da Praça do Peixe, reduz significativamente a qualidade de vida dos cidadãos na zona do Alboi. Portanto não havendo nenhum estudo que garanta o contrário nós optamos por salvar essa qualidade de vida futura das pessoas que habitam naquela zona.*

*Aquela zona com transferência dos fluxos das pessoas que neste momento frequentam a Praça de Peixe vão tornar a habitabilidade naquela zona muito difícil. Depois tem um custo quantificado que são seiscentos e vinte mil euros!*

*E a afirmação de que o custo para a autarquia é apenas de oitenta mil euros demonstra a forma, a meu ver irresponsável, como a autarquia aplica obviamente o dinheiro dos contribuintes europeus.*

*Não se pode neste momento, nem em nenhum momento pensar, que não há custos associados a estes custos que extravasam exclusivamente a contribuição do município não são custos que a Câmara se deva preocupar. Depois tem um custo de adulterar um dos mais marcantes e mais belas imagens de Aveiro. Esse é um custo também.*

*Tem também o custo de não aplicarem este dinheiro noutras obras mais importantes. Nós falámos na questão da Avenida, do próprio Rossio, etc. etc. que podia ter acontecido a devido tempo. A Câmara Municipal tinha e tem oportunidade nestes projetos de obviamente reprogramar os projetos. E portanto podia ter feito a seu tempo bem, e decidiu não o fazer. Tem também os custos de manutenção. Portanto esses custos são todos muito maiores que os benefícios que a Câmara apresenta. E portanto, é obviamente um projeto que a nosso ver não deve continuar.*

*Outro projeto que estive a falar era a Ponte que liga a Baixa de Santo António ao Parque Infante Dom Pedro! Esta tem um custo, tem um preço, de setecentos mil euros — esse é um custo. E tem o custo de mais uma vez não aplicarem este dinheiro em outras obras mais importantes para o município. E tem o custo da manutenção. E tem os benefícios de termos mais uma obra de “arte” para a cidade de Aveiro, não questiono que possa ser! E tem o*



*benefício de eventualmente facilitar um outro atravessamento em maior segurança naquela zona. Não haveria outras formas mais económicas de o fazer e de poupar este dinheiro e de o gastar noutras obras mais importantes? Com certeza que haveria.*

*Aliás o Senhor Vereador falou numa circunstância recente, que de facto o executivo do Partido Socialista anterior analisou este projeto. E analisou o custo/benefício e abandonou o projeto por alguma razão.*

*E portanto mantemos essa visão. Outra questão, outra obra que também já foi referida, que é patrocinada também neste programa, não terá diretamente a ver com a Câmara, mas que nos questionamos do custo/benefício é a própria obra da Junta de Freguesia da Glória, que começou recentemente.*

*Já tive o colega Pires da Rosa que referiu isto já uma vez, de uma situação em que não se sabe o que é que vai acontecer às freguesias do centro da cidade, numa Junta de Freguesia que eu conheço bem e que tem um Orçamento com as restrições que todas as Juntas do centro da cidade têm, pode ser um elefante branco que merecia ser reconsiderado.*

*Não foi, está em obra. Veremos daqui a uns anos os custos que isto teve para o município e a Junta de Freguesia evidentemente é responsável por isso, como é responsável por calcinar os outros projetos no seu âmbito e na sua freguesia.*

*Outro âmbito relativamente a esta questão tem a ver com a má forma como o executivo interpreta novos contributos dos partidos da oposição e dos cidadãos e da forma como reage a esses contributos.*

*E a este respeito gostaria de dar uma nota sobre uma palestra proferida pelo Dr. Pacheco Pereira ontem em Aveiro, e que entre outras coisas falou sobre as consequências de termos tido uma ditadura durante décadas. Censura perpetrada por essa ditadura, que criou uma noção de conformismo social que ainda existe e que se manifesta na dificuldade que ainda temos de conviver com opiniões diferentes e de ouvir essas opiniões diferentes.*

*Esta interpretação da História da Cultura do país, é a meu ver extremamente pertinente para a nossa vida em sociedade e para o nosso comportamento como eleitos e para a forma de analisarmos a forma como este executivo, o Senhor Presidente e alguns membros que apoiam esta maioria que nos governa, têm olhado para as questões dos contributos de cidadãos, partidos da oposição, etc., etc. (ouvem-se vozes). Senhor Presidente, ouvir não é o mesmo que deixar as pessoas falar. Felizmente estamos numa democracia, as pessoas ainda podem dizer a sua opinião. Ouvir é tentar perceber os argumentos divergentes e tentar perceber a bondade dos mesmos e tentar colher algum desses contributos, sobre várias matérias do executivo que não vou repetir, é absolutamente imune a contributos da oposição, cidadãos, etc. e sobre esta questão ainda mais.*

*E sobre esta questão o executivo mantém-se estático na sua posição inicial e não acolhe nenhum contributo.*

*A alteração no Alboi aconteceu porque a maioria perdeu temporariamente essa maioria. Não foi como o Senhor Presidente disse na última reunião pública que aceitou uma alteração! Porque se fosse por sua vontade ainda tínhamos aquela situação do Alboi.*

*E quando os cidadãos se organizam espontaneamente para defender uma matéria relevante na nossa vida comum, a obrigação dos eleitos que querem melhorar a nossa vida democrática é valorizá-los não é desacreditá-los. Ainda por cima de forma deselegante, inventando agendas escondidas por exemplo, e coisas desse tipo.*

*Se por acaso a Câmara Municipal tomar juízo e anular a construção destas obras polémicas e negativas para Aveiro, haverá com certeza mérito a atribuir aos cidadãos que se mobilizaram. Haverá mérito para os partidos que se manifestaram contra este projeto. Haverá mérito para os cidadãos, alguns eleitos e presentes neste fórum, e que apoiam esta maioria, mas que têm uma opinião diferente e tiveram a coragem de a manifestar.*

*Cada um no seu lugar, cada um com o seu nível de intervenção democrática, como é normal nas democracias evoluídas. Na reunião pública de Câmara que mobilizou centenas de*

*cidadãos recentemente contra a obra da ponte pedonal do Rossio, o Senhor Presidente resolveu fazer a contabilidade da participação nessa reunião. E disse que, numa cidade de setenta e tal mil habitantes, duzentos e cinquenta cidadãos são pouco representativos!?*

*E a pergunta agora é esta: e agora Senhor Presidente, são três mil e quinhentos cidadãos, já fazem o Senhor Presidente parar para pensar? É consequência do que o Senhor Presidente afirmou nessa Sessão. Portanto dito isto, temos ainda a esperança que o Senhor Presidente da Câmara num arrojo de bom senso ouça os contributos de várias gentes respeitáveis, que têm manifestado contra estas obras e encontre forma de anular os projetos mais gravosos do Parque de Sustentabilidade.*

*Uma última nota sobre a execução do Parque da Sustentabilidade que tem obras evidentemente que nós valorizamos. Há duas questões que nos chegaram, algumas da informação do Presidente e outras por cidadãos que nos contactaram, que têm a ver com, de que não basta ter os projetos é depois preciso executá-los, e na execução ter algum cuidado com eles.*

*Fomos informados que a Câmara Municipal terá dado um ultimato de uma semana ou duas, para que as pessoas que utilizam neste momento a zona dos campos de treino do Beira-Mar e da zona do campo de ténis saíssem daquela zona, porque a Câmara gostaria de ter fazer a intervenção.*

*Parece-me isto uma evidência de que o cronograma da obra não está a ser feito de forma adequada e que as pessoas não estão a ser contactadas a tempo e horas para se prepararem para essas intervenções.*

*Também aparece na Comunicação do Presidente que na Baixa de Santo António “a interferência de outras obras a decorrer naquele espaço fizeram com que os trabalhos na Baixa de Santo António fossem suspensos”. Como é evidente, não é. Quando está a haver uma intervenção na Fábrica da Ciência (julgo que seja isso) em que está a haver uma entrada pela zona do Alboi na Fábrica, é evidente que os outros trabalhos não podem decorrer!?! Denota mais uma vez que o cronograma da obra eventualmente não está a ser bem feito.*

*E outra dúvida simples, que tem a ver com os projetos que o Senhor Presidente diz tiveram o concurso público deserto. Que é uma coisa que me causa imensa estranheza na situação atual, em que de facto empreiteiros têm dificuldades em encontrar obras, uma obra financiada com fundos comunitários e que estes concursos tenham ficado desertos — o que é que aconteceu?”*

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD)[054](#)

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[055](#)

*“Muito obrigado Senhor Presidente, com os cumprimentos da praxe. Gostaria de começar precisamente por aqui.*

*Fiquei muito satisfeito por ver que de facto nos últimos três meses houve uma redução tão drástica da dívida! É motivo de orgulho de todos os aveirenses e principalmente para a Câmara, até para mostrar a esses malandros do Tribunal de Contas, afinal o que eles dizem é tudo mentira. Porque de facto a dívida em vez de estar a crescer está a diminuir. São de facto umas pessoas que só gostam de atrapalhar o trabalho das Câmaras. E já agora gostaria de deixar aqui um pedido para que da próxima vez que cá estivermos (na próxima sessão) a Câmara vai apresentar as Contas, que as apresente e não se esqueça de apresentar também as Contas das Empresas Municipais e dos SMA’s — que é para a gente depois acertar essas contitas todas! Que estou certo de que contrariamente ao que pensa o meu colega de bancada Francisco Picado, não vai haver nenhum aumento assim significativo como tem existido nos últimos anos das dívidas, quando se apresentam as contas anuais.*

*Segundo aspeto. Li nos jornais que o ferryboat da Moveaveiro foi apanhado sem os respetivos certificados de segurança?! Oh Senhor Presidente, então com tanto dinheiro a entrar, tanto dinheiro a ser poupado, e faz-se andar os passageiros numa lancha sem certificados de*

*segurança? Sem certificado de navegabilidade? Não pode ser Senhor Presidente! Não pode ser.*

*E já agora pedia para fazer outra pergunta: como é que está o processo de aquisição da outra lancha? Quando é que a temos a navegar? Já não era para andar por aí a navegar nesta altura? Ou pelo menos no fim do primeiro trimestre?*

*Bem, vamos lá ver Senhor Presidente se me informa então quando é que temos a outra lancha a navegar e olhe aquilo que aconteceu ali no mediterrâneo, veja lá se ao menos se houver algum acidente que não seja por falta de certificado de navegabilidade, porque aí os senhores ficariam em muito maus lençóis. É uma coisa que não se faz. Deixar andar um meio de transporte como aquele sem ter os devidos certificados? Isso não se faz.*

*Gostaria de lembrar também aqui que (às vezes lembro-me destas coisas) a Câmara cedeu aqui há uns tempos (esta Câmara) a maioria do capital social do Parque Desportivo de Aveiro (PDA) a uma empresa privada bem conhecida.*

*Aliás, fez a cedência da maioria do capital, cedeu a maioria do capital social e o pretexto na altura era que a empresa ia investir tanto, tanto, tanto, que nós não podíamos deixar de aproveitar aquela oportunidade.*

*Ora bem, estamos numa altura de recessão e são precisos investimentos. Vamos lá então ver se eles aparecem! Vamos lá ver se eles aparecem não é? Até ouvi que vão abrir falência. Porque se não, cheira-me que aquilo que me disseram e que disseram aqui nesta câmara para justificar um negócio gravosíssimo para o município de Aveiro, foram puras balelas e ao fim terão que ser justificadas de outra forma.*

*Bem, não gostaria de ocupar muito mais tempo a esta Assembleia, gostaria de perguntar como é que está o problema do Canil Municipal ou da sua falta?*

*O que é que se passa com a escola de Verdemilho? Para quando a resolução daquele problema?*

*E lembrar, lembrar, como todos os aveirenses sabem, exceto certamente a senhora Câmara, que a rede viária municipal está uma desgraça! Uma desgraça.*

*E enfim, para quem poupa cinco milhões em três meses, poupem só quatro e metam um milhão aí nuns camiões de alcatrão e de betão e de não sei quantas mais, para ver se resolvem os problemas. Porque qualquer dia ninguém tem carros em condição tal é a situação miserável, miserável, da rede viária municipal, onde já não se faz uma melhoria há muito tempo.”*

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD)[056](#)

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[057](#)

*“Senhor Presidente, Senhores Deputados, começava exatamente pelo tema que foi aqui trazido pelo Deputado Paulo Anes, para dizer que de facto no que respeita ao trânsito há muito por fazer na cidade.*

*Esperamos, enfim, que apareça sobretudo o Plano de Mobilidade Municipal, que é uma carência do município, e que este executivo já devia cá ter fora até porque houve trabalhos preliminares no outro mandato executados pelos Serviços da própria Câmara que identificaram uma série de problemas que poderiam já estar revelados independentemente do surgimento desse Plano. E portanto, a Câmara tem que tomar atenção a esta situação.*

*E eu voltava a debruçar-me sobre o tema das zonas pedonais de Aveiro que neste momento de pedonais só têm o nome. Tendo em atenção o facto de servirem de estacionamento e de via de passagem de vários veículos pesados e ligeiros como é o caso flagrantíssimo da Rua Direita e da Rua de Coimbra, que novamente e recorrentemente as queixas são cada vez mais. Eu já cá trouxe este assunto algumas vezes, no anterior mandato também, na última Assembleia Municipal o Senhor Presidente de Junta esqueceu-se que está aqui nessa qualidade, e abriu o seu coração como um comerciante, defendendo o comércio que lá tem nessa zona e bem, mas o fórum correto não é este para o fazer.*

*E portanto eu colocava a questão de uma forma absolutamente direta ao executivo municipal e ao Senhor Presidente da Junta em particular, enquanto representante de gentes da Glória. O que é que pretendem fazer para debelar esse problema, que é um problema grave, é uma situação absolutamente perigosa, mais tarde ou mais cedo há de lá haver problemas graves e Vossas Excelências serão responsabilizados por isso.*

*O problema não é de difícil resolução do ponto de vista do trânsito. Mas é evidente, nós já aqui apresentámos o nosso contributo e estamos disponíveis novamente de nos colocarmos à disposição do executivo para encontrarmos eventualmente alguma forma, do ponto de vista de revitalização daquela zona, do ponto de vista comercial ou outro, podemos fazer alguma coisa. Essa é outra dimensão do problema. Mas no que respeita ao trânsito é um problema que Vossa Excelências têm que resolver já! É urgente.*

*Em relação à questão de pessoal. Na Assembleia Municipal de dezembro de 2010, foi aprovada a Estrutura Nuclear da Organização dos Serviços do Município. Isso implicava uma série de alterações ao Organigrama, nomeadamente a diminuição de sete Departamentos que estão ocupados para cinco, de trinta e nove divisões para trinta e uma, de cinco para quatro gabinetes, não se optava por fazer unidades de projeto, a questão é esta: já vai quase um ano e meio Senhor Presidente, as chefias estão em polvorosa na Câmara, ninguém se entende, é uma confusão. Desmotivação total. Eu quero saber e esta Assembleia merece saber, o que é que Vossa Excelência tem a dizer sobre isto? E qual é o prazo com que se compromete a dar resposta à deliberação da Assembleia Municipal — e isso é uma urgência também.*

*Em relação ao Orçamento Participativo Senhor Presidente, começar hoje o processo participativo para colocar os projetos no próximo Orçamento. Eu repito, começar hoje o processo participativo para colocar o resultado disso, nos projetos no próximo Orçamento Municipal é começarmos já tarde.*

*Vossa Excelência prometeu isto. Já tem prometido sempre isto. Já inclusivamente se aprovou o Regulamento. Já aqui chamámos a atenção recorrentemente sobre esse problema. Já todos nos pronunciámos sobre esta matéria. Eu, inclusivamente, e pessoalmente, já não teci mais nenhuma consideração acerca do mérito da proposta que os Senhores aqui trouxeram porque a única coisa que solicitei e continuo a solicitar é que comecem a fazer. E eu queria saber quando é que o Senhor Presidente vai tomar essa iniciativa?*

*Rede Viária. Corroborar as palavras do Dr. Raúl Martins. De facto é uma rede viária inenarrável! Está absolutamente depauperada, é um problema identificado há cinco, seis anos por todos os quadrantes políticos, por toda a sociedade civil. As reclamações são inúmeras, os acidentes também são. Os bens das pessoas, os seus automóveis sofrem com isso.*

*Eu agora gostava de saber é o seguinte, de acordo com a Lei dos Compromissos e atendendo a uma circular que o Senhor Vereador Pedro Ferreira assinou, eu quero saber em que medida é que fica comprometido ou não esse arranjo?*

*Até porque houve uma abertura de um procedimento concursal de um milhão e trezentos mil euros para arranjar a Estrada de São Bernardo e ali algumas zonas adjacentes! Eu queria saber se isso ficou ou não comprometido.*

*Aliás eu até pasmo, porque aqui há uns tempos o Senhor Presidente da Junta de São Bernardo disse que tinha as estradas impecáveis na sua freguesia e eu até estranhei. E pronto, como eu não acredito que o Senhor Presidente de Câmara faça os arranjos na freguesia do qual é oriundo, eu queria também questioná-lo, qual é o cronograma das obras dos arranjos das pavimentações e perguntar-lhe porque é que começa na sua freguesia de onde é oriundo e não começa em outra?*

*Porque eu começo a desconfiar que a esse nível o campo está inclinado e não há aqui tanta imparcialidade como isso, sinceramente Senhor Presidente.*

*Em relação à Ponte. Já muito foi dito e a questão da Ponte é uma questão que, enfim, tem estado na ordem do dia e não querendo repetir argumentos gostava só de deixar duas ou três notas.*

*Primeira nota que já aqui foi dada, mas eu queria sublinhá-la. Vossa Excelência quando aparentemente retificou e não recuou, mas retificou a sua posição em relação ao Alboi, não o fez pela sua magnanimidade. Fê-lo porque circunstancialmente não tinha a maioria na Câmara e todos percebemos isso. E portanto eu não esperava que o Senhor Presidente fosse magnânimo e agora retificasse porque isso não está na sua condição de exercício do poder político — ou pelo menos não tem estado até agora.*

*Eu só esperava que Vossa Excelência tivesse a humildade democrática de na altura certa ter parado para pensar e não ter deixado resvalar este processo até ao momento que Vossa Excelência dirá com certeza “no turning back.”. Mas como a coisa foi tão feita em cima do joelho, Vossas Excelências consignaram a obra esquecendo-se de pedir todas as licenças! E então temos agora uma coisa caricata que é, consignaram a obra mas ainda tem Região Hidrográfica para dar a licença, para vossas excelências poderem começar a construir — o que eu acho inabalável e de uma incompetência absoluta.*

*Mais, começo a achar também, como em tudo nesta vida, que os Senhores só fazem na Câmara que é culpar o passado. Então agora resolveram dizer que as pontes do Fórum, da altura do Dr. Alberto Souto, não tinham as quotas necessárias para lá passar os moliceiros!? Eu por acaso fiquei um bocado pasmado. É que essas pontes apesar de ter sido no governo municipal socialista que foram inauguradas, elas foram todas aprovadas ao tempo do Senhor Prof. Celso. E portanto, tome nota Sr. Eng.º Carlos Santos, ao tempo do Senhor Prof. Celso. E mais, eu não desconheço, nem Vossas Excelências desconhecem, que hoje os moliceiros passam lá todos e à época (ovem-se vozes). Deixe-me só retificar, eu agora ouvi que o Senhor Presidente sabe, e o Senhor Vice-presidente tem sempre argumentos que, enfim, eu ouço sempre muito atentamente, mas ao tempo também dessa construção das pontes, como Vossa Excelência seguramente se lembra, dada a sua memória enciclopédica, saberá que as eclusas não estavam a funcionar e, portanto, as marés não estavam controladas, estavam mal controladas.*

*Havia um outro problema, ouça, ouça,... havia um outro problema. É que eu não consigo compreender como é que Vossas Excelências conseguem deitar ao lixo milhares de euros para levantar as pontes, quando hoje todos podemos observar que os moliceiros lá passam por baixo?! Eu não compreendo como é que um problema que é fácil de debelar em relação às questões das proas dos moliceiros, Vossas Excelências ao subir as pontes gastarão diretamente do honorário público (o preço que estava eram cem mil euros) esses milhares de euros de todos, que não faz sentido nenhum. É desbaratar dinheiro, é deitá-lo ao lixo e isso não faz sentido! É mau governo.*

*Por último, a Ponte. o PS não é contra a Ponte. O PS é contra a Ponte naquela localização.*

*O PS é a favor da Ponte que foi escrutinada e decidida num processo de um Plano de Pormenor, que foi escrutinado por técnicos, por cidadãos, e pelo poder político. Na altura não houve nenhum partido na Câmara ou na Assembleia Municipal que tivesse votado contra aquele Plano de Pormenor ou sequer abstenção.*

*Aquela ponte não é a ponte que está prevista no Plano de Pormenor da Pólis. É uma ponte que não reúne o consenso geral como a que reunia o consenso geral no âmbito de uma requalificação urbana que é pretendida para aquela zona.*

*Vossa excelência diz que não abandona essas soluções. Mas eu não compreendo como é que não abandonando essas soluções prefere gastar quinhentos mil euros a fazer aquela ponte que não foi escrutinada por ninguém!?”*

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[058](#)

*“Obrigado Senhor Presidente, boa noite a todos. Vou ser o mais breve possível, há muitas intervenções e algumas coisas que eu tencionava abordar já foram aqui referidas.*

*Quando me falam do Bairro de Santiago eu não consigo ficar indiferente e tenho naturalmente que me referir a esta situação. Este bairro pelo qual eu tanto me interesso e faço o melhor que*



*posso para minimizar os problemas que ali surgem, que são alguns, mas não tantos às vezes como querem fazer passar cá para fora. Alguns problemas nós vamos ultrapassando, não podemos esquecer e é bom que se registre, que são pessoas de várias raças e etnias provenientes de “ilhas” que tiveram no seu passado e ainda hoje se sente alguma dificuldade de integração.*

*São mil e trezentas habitações, números redondos. São quatro mil e quinhentas pessoas que representa sensivelmente 40%, 42% da população da freguesia da Glória, tendo como base os últimos Censos. Considerando que são famílias fragilizadas economicamente e socialmente, é bom que não se esqueçam que estas dificuldades são naturais, podem acontecer, mas que apesar de tudo a Câmara Municipal, os seus responsáveis, o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores com quem falámos muito, os seus técnicos, o pessoal do DSU, que muito têm feito para minimizar estes problemas.*

*É verdade que em devido tempo a Senhora Vereadora falou na substituição dos canos. Não o fez, compreende-se. Sabemos todos que a situação financeira da Câmara não permite que de hoje para amanhã, de um momento para o outro, isso se possa realizar. Mas esse trabalho tem sido minimizado com a intervenção que todos estamos a fazer.*

*Nem é por falta, não é por haver um cano ou um tubo deteriorado que as pessoas deixam de ter água. Infelizmente isso acontece por outras razões de ordem económica, mas não por falta de assistência da Junta de Freguesia da Câmara Municipal, isso não acontece.*

*Outra coisa que o Senhor Deputado abordou e que eu não acho justo, e o Senhor se estiver atento notará que isso não corresponde à realidade, é a degradação dos espaços públicos.*

*Não é difícil apercebermo-nos que nalgumas freguesias, não cito só a minha, há uma intervenção permanente de muito pessoal nas ruas, nos espaços verdes, na poda das árvores, no aspeto da cidade. E de algumas freguesias que eu tenho notado, não conheço todas, há uma intervenção realmente constante. Mas a imagem da Cidade mudou, a imagem dos espaços mudaram. As árvores têm tido agora uma intervenção. As queixas reduziram-se substancialmente. Não sei se nesta intervenção, este pessoal que a gente vê aí a intervir na cidade e em algumas freguesias, não sei se tem (e aqui se calhar pode ser um bocadinho inconveniente), não sei se tem algum mérito o meu colega Victor Martins.*

*Se o tem, tenho que me render à evidência, tenho que lhe dar os parabéns. Porque na verdade, coincidência ou não, a Cidade está a melhorar. As intervenções são permanentes e temos que realmente reconhecer que para melhor. Isto está realmente melhor do que há uns tempos atrás. Temos que reconhecer e dar o mérito a quem o tem.*

*O Deputado Paulo Jesus, meu querido amigo, o Senhor conhece a freguesia da Glória. Já fez parte da assembleia de freguesia tanto quanto me disseram, não no meu tempo. Mas aqui há um bocadinho de precipitação da sua parte. Oh meu amigo deputado Paulo Jesus, eu queria dizer-lhe que a área em construção para a Freguesia da Glória são mil e poucos metros. Dos quais apenas 20% vão ser ocupados pela Junta de Freguesia, não chega a 21%. Isto para citar números redondos, 40% são espaços comuns, os restantes 40% são da Casa da Comunidade.*

*E só assim é que foi possível conseguirmos o financiamento de 80%. Porque se fosse só a Sede de Junta da Freguesia não teríamos qualquer financiamento.*

*Portanto queria dizer-lhe que se chama Casa da Comunidade — é uma casa da comunidade. Portanto é justo quando se diz que a Junta de Freguesia vai precisar desse espaço, vai. Vai, não tenha dúvidas nenhuma! A Junta de Freguesia da Glória é uma “comunidade” com muitos problemas, com muitas necessidades, com muitas carências. E esse espaço não vai ser como se disse ou se sugeriu, um elefante branco. Não tenha dúvidas que não vai ser.*

*Eu posso adiantar-lhe que neste momento o Executivo da Junta tem elaborado a 90% um programa onde permite ocupar todos os espaços daquele edifício quando estiver concluído. Ainda estamos a um ano da sua conclusão. Como sabem o mesmo foi iniciado ontem. Esteja descansado meu querido amigo Paulo Jesus, que o “elefante branco” como o Senhor disse foi*

*uma palavra despropositada porque nós temos consciência de que aquele espaço vai ser extremamente necessário.*

*Tem havido reuniões com Instituições mais implantados e mais viradas para a área social da freguesia, não é preciso citá-las, mas o Senhor conhece e portanto vai ver que todos nos vamos congratular porque todos e o Senhor como cidadão da Glória, vai sentir orgulho por aquele edifício ali a ser construído e que a todos beneficia.*

*Ao Deputado Sr. Dr. Marques Pereira. O Senhor no seu tom de voz timbrado, não sei se quer dizer qualquer coisa, talvez não, mas queria-lhe dizer uma coisa. A Rua Direita, a Rua dos Combatentes, se quiser faço a lista e poderei estudar uma eventual proposta, mas a Rua Direita, na devida altura, foi colocada pela Divisão de Trânsito da Câmara Municipal a devida sinalização. Está lá. Se os carros não cumprem é falta talvez de civismo dos condutores. Mas a grande culpa vai para quem tem obrigação de fiscalizar e neste caso é a PSP, ou a Polícia Municipal. Seja o que quer que seja, não é por falta de sinalização. Portanto não queira culpar-me a mim.*

*O Senhor quando diz assim: – O Senhor tem a obrigação de chamar a PSP. Eh pá, realmente talvez tenha essa obrigação, mas não sou capaz, pá.*

*Assumo claramente que não sou capaz. Não é minha maneira de ser, ser denunciante! Se o Senhor é capaz de o fazer, olhe desculpe lá, eu não sou capaz de o fazer.*

*A Polícia de Segurança pública sabe que existe aquele arruamento. Sabe que está devidamente sinalizado. Intervirá sempre que o entender e sempre que o desejar.*

*Mas em relação realmente àquilo que se pensa no futuro da Rua Direita e tendo como base o meu lamento nas últimas Assembleias aqui, esse lamento é fundamentado num facto de muito bem a Rua ter sido empedrada, foi uma decisão da Câmara Municipal. Mas infelizmente e simultaneamente constroem um parque de estacionamento e tiram todos os serviços públicos daquela zona!? Não percebo. Porque é que se faz um parque de estacionamento que hoje tem uma taxa de ocupação de 15, 16, 17, não mais de 20%, quando se tiram todos os serviços públicos da zona e o parque de estacionamento hoje está completamente às moscas ou quase completamente — já que disse que tem uma taxa de ocupação de 20%.*

*Espaços verdes. Intervenções. Falando da Comunicação do Senhor Presidente. Pronto eu vejo aqui algumas situações, algumas obras que estão a avançar, outras já avançaram: Rua Eça de Queirós; estão previstas pavimentações no Bairro Social de Santiago; os Centros Educativos da Glória e de Santiago; a Rua Padre António, que dá acesso a virar que é realmente uma necessidade; e o Parque da Sustentabilidade no seu todo. E o Parque da Sustentabilidade no seu todo! E agora a travessia do Rossio para o Alboi.*

*Ora bem. Se um dos maiores investimentos no Parque da Sustentabilidade está no Alboi, e na Baixa de Santo António, Parque Infante Dom Pedro, uma zona direcionada para as pessoas — e vejo muita gente a condenar a ponte. Vejo muita gente a referir-se a muitas coisas, a chamar muitos nomes, a evocar muitos motivos, mas ainda não vi ninguém abertamente a defender o interesse, o direito, que as pessoas têm que ter. É meu ver! O Parque da Sustentabilidade, principalmente as intervenções que estão a ser feitas nos espaços verdes, naquele corredor ecológico, se não tivesse esta ligação ao Rossio, ele era coxo — era um projeto coxo.*

*Eu considero realmente necessário que esta travessia seja necessária. E é muito importante que as pessoas saibam, ou se calhar sabem mas às vezes omitem, que esta travessia tem do lado sul uma passagem, um acesso, a um túnel junto à ponte da Dobadoura, e onde as pessoas portanto não correm qualquer risco. As pessoas podem chegar à Universidade, podem chegar ao Hospital, podem chegar à rua da Pêga, que é uma zona lindíssima, podem chegar a todo o lado da parte sul da cidade sem correr qualquer risco. Não têm qualquer contacto com os carros, portanto não há perigo absolutamente nenhum.*

*Temos que ser coerentes meus Senhores. Todos sabemos que a Ponte Praça não tem o mínimo de condições para peões. Qualquer pessoa que tenha que chegar aos locais que eu citei, atravessar inúmeras ruas, inúmeras passadeiras, calçar muitos passeios, dobrar muitas*

*descidas, sempre com os carros em frente, o que não acontece se tivermos esta travessia em direção realmente aos locais que eu citei, em direção a Santiago. Portanto, como eu, a Junta de Freguesia, e todo o Executivo, vemos sempre e acima de tudo as pessoas, em nome das pessoas, e estou solidário com tudo o que está a fazer relacionado com o Parque da Sustentabilidade. Muito obrigado.”*

Vogal Marques Pereira (PS)[059](#)

Vogal Ivar Corceiro (BE)[060](#)

Vogal Filipe Guerra (PCP)[061](#)

Vogal João Barbosa (PS)[062](#)

Vogal Paulo Jesus (PS)[063](#)

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)[064](#)

Vogal António Neto (BE)[065](#)

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS)[066](#)

*“Muito obrigado Senhor Presidente. De toda a análise que fiz da Comunicação do Senhor Presidente, julgo que realmente a Câmara continua-se a esforçar na recuperação do seu Passivo. E realmente nestes últimos dois meses ter recuperado cinco milhões de euros é realmente uma obra que penso que será refletida na próxima Assembleia de Abril, quando fizermos aqui a apreciação das contas.*

*Esperemos que sim e estou convicto que a Câmara conseguirá fazer esse esforço.*

*Queria referir a atividade cultural também desta Câmara, que penso que a nossa Vereadora Maria da Luz está no bom caminho.*

*Tanta polémica que deu a nomeação do novo Director para o Teatro Aveirense. Penso que os poucos meses que ele já colaborou, já fez algum serviço, porque o número de espectadores do Teatro Aveirense aumentaram significativamente. Portanto acho que é um dado bastante positivo e penso que realmente aquela casa está a ser uma boa casa para a cidade.*

*Outra situação que eu queria também assinalar era realmente a exposição maravilhosa que aqui temos em baixo, no salão aqui desta Assembleia, sobre os motivos com a cerâmica que em princípio serão adaptadas nos espaços públicos da cidade — que é uma boa solução. É uma solução que já vem de trás, já se fez estes serviços no edifício da Caixa Geral de Depósitos com azulejos de baixo-relevo. Essas atividades também estão num outro túnel da cidade, mas penso que as soluções ali apresentadas são soluções extremamente válidas, extremamente interessantes, e feitas com artistas novos, artistas jovens da nossa cidade e que realmente daí poderemos valorizá-los e podemos realmente cada vez mais criar mais artistas nesta cidade.*

*Há uma ou duas situações que eu gostaria de pôr aqui também em relação à parte cultural. Acho que falta informação cultural na estação, no largo da estação. Continuo a dizer, continuo a insistir. Penso que muito se tem gasto em informática nesta cidade em painéis informáticos e coisas do género, e penso que realmente na estação falta ali um elemento importantíssimo para informar o turista quando chega e o transeunte quando vem, para realmente ver o que é que se passa na cidade e do que poderá ser informado. Penso que é uma despesa relativamente barata, inclusivamente com a grande eficiência das entidades envolvidas, nomeadamente a Universidade e outras empresas, como a Novaria etc. Penso que se gerará um consenso extremamente positivo para se instalar um equipamento deste género naquela praça. Além de também queria referir a nível cultural, que faltam espetáculos de rua. A cidade, a Câmara, subsidia várias associações e várias coletividades na cidade que em vez de estarem fechadas nas suas casas, nos seus salões teatrais, podiam muito bem aproveitar alguns espaços públicos que temos na cidade para poder agora que se aproxima a primavera poder realmente mostrarem as suas atuações e de certa forma devolverem à Câmara aquilo que a Câmara lhes dá durante tanto tempo e durante todo o ano.*

*Eram essas situações que eu queria aqui referir e portanto penso que é uma forma de melhorarem cada vez mais a nossa atividade cultural.*

*Apenas queria aqui deixar mais duas questões que era saber como é que está a situação do Porto de Pesca de São Jacinto?*

*E como é que está o Centro de Interpretação Ambiental (CEMIA) ali por trás dos clubes náuticos. Portanto aquele edifício continua parado e gostaria de saber qual era a situação presente da situação?*

*E por último e realmente como último, também queria perguntar à Câmara em relação à velha história das SCUTs, como é que está a situação, da Ação que a Câmara instaurou para as entidades de justiça, nomeadamente ao Tribunal Europeu? Gostaria de saber se já houve alguma resposta do Tribunal Europeu sobre a situação. Porque realmente é uma lacuna grave, porque a cidade continua a ser das poucas cidades portuguesas a ser portajada à entrada e nós não estamos em Londres, estamos em Aveiro. Obrigado Senhor Presidente.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[067](#)

*“Senhor Presidente muito obrigado. As minhas primeiras palavras são quase para me associar às intervenções que o Deputado Ernesto Carlos Barros fez. A primeira, esta última, porque de facto eu penso que não aparece no relatório jurídico do contencioso da Câmara a ação que decorre contra o Tribunal Europeu. É sempre importante. Eu penso que o Senhor Presidente fez ali um ar de aceno, que o Tribunal Europeu já teria respondido alguma coisa e portanto pareceu-me, parece que sim, pronto. O Senhor Presidente já nos dará informação sobre isso e portanto queria-me associar a isso.*

*A outra entronca já com a Comunicação Escrita. O Senhor Presidente apresenta aqui na sua Comunicação Escrita várias coisas que são, enfim, vários pontos etc. Por exemplo, no protocolo que prevê com a APA, escreve um texto muito bonito. Fico sem saber que protocolo é que vai ser feito com a APA? Se vamos trocar como nos clubes de futebol naqueles jogos que trocamos o galhardete ou o que é que vamos fazer no âmbito deste protocolo com a APA. Importante Senhor Presidente, teria sido no protocolo celebrado com a APA que incluía as questões que o Deputado Carlos Barros mencionou. Importante é termos uma preocupação ou um protocolo com a APA, nomeadamente para a promoção e angariação de barcos de cruzeiro para aportar no Porto de Aveiro e o que fazer com os turistas que eventualmente possam vir em barcos de turismo acostar no Porto de Aveiro. Isso é que é importante estar incluído no protocolo com o Porto de Aveiro.*

*Isso é que fará algum sentido no meu ponto de vista e não este texto redondo. Admito que bem-intencionado, mas que não consigo extrair da sua Comunicação nada em concreto.*

*Depois é mencionado. Eu às vezes acho que... oh Senhor Presidente, ninguém o obriga a fazer uma Comunicação Escrita de tantas páginas, se não tiver o que escrever, não escreva. A classificação do património imaterial do concelho de Aveiro que é feita aqui, acho que é uma menção que se calhar lhe fica mal de alguma maneira, porque dizer. “o processo está ainda relacionado com outras atividades com relevância patrimonial, de carácter imaterial, como os relacionados com o património natural, de destacar o património imaterial da Ria, do Sal e da sua produção artesanal, do moliço na sua recolha e manutenção como recurso agrícola, com origem nos esteiros da ria”. Eu pergunto-lhe, o que é que isto tem de imaterial?*

*E o que é que a Câmara pretende em concreto com este ponto que aparece aqui na sua Comunicação Escrita? Porque não se conclui nada do que é aqui proposto! Nada do que é aqui proposto.*

*Eu até admito que a ideia possa ser bem-intencionada. Mas aqui não está ideia nenhuma. Aqui não está ideia nenhuma e, portanto, gostava também de algum esclarecimento em relação a isso.*

*Sobre questões concretas, a mencionada nas obras, a pavimentação da Rua Eça de Queirós. De facto a obra tece alguns indícios e foi concluída. Mas aparece lá “adjudicação” com os cúbicos, o que lá está é tapete, não são questões cúbicas! Era com o cubo que estava previsto*

*fazer a obra com aquele cubo de granito e não foi isso que foi aplicado na Eça de Queirós! Foi feito tapete por causa das questões que foram feitas? Se forem ver está na Comunicação Escrita, aparece lá a designação específica e Vossa Excelência escreveu, portanto saberá ao que me estou a referir.*

*Depois para fazer a menção do seguinte, está previsto, pelo menos anunciado pelo Governo ao que creio pelo Senhor Ministro, a privatização das Águas de Portugal no último trimestre deste ano.*

*Esta privatização das águas de Portugal vai fazer com que a AdRA passe a ter 51% de capital privado. Há uma cláusula no contrato que nós subscrevemos aqui, eu votei contra, mas que esta Assembleia aprovou com os votos do PSD e do CDS, prevendo o direito de opção das autarquias para comprar os 2% e ficar a maioria na posse dos municípios.*

*Está previsto isso e portanto eu inquiria o Senhor Presidente da Câmara se já está a pensar colocar essa questão no âmbito da CIRA e precaver-se sobre uma eventual privatização das Águas de Portugal, nomeadamente como é que se procede a essa aquisição dos 2%, ou esse direito de preferência que está consagrado contratualmente não vai ser opção?*

*Depois queria e tinha alguma curiosidade que o Senhor Presidente me desse alguma resposta do conteúdo da carta recebida pelo Governo. Se é só um elencar de dívidas ou se é alguma proposta específica por parte do Governo para resolução das dívidas da autarquia?*

*E depois, vai haver um ponto sobre isso, mas para lhe dizer que temos aí muito com que nos entreter a discutir quando vier os Pontos da alteração ao Aditamento do Contrato das Águas do Carvoeiro — mas que depois a seu tempo o PS tomará uma posição sobre isso.*

*Também um penúltimo ponto, para lhe dizer que das coisas tristes (às vezes existem más notícias), é evidente que eu não desejo a negatividade das coisas ou a má sorte de ninguém, mas de alguma maneira a situação difícil em que se encontra a empresa FDO e a sua insolvência.*

*De alguma forma resolve-nos o problema do único concorrente que estava num concurso em que não tinha havido resposta sobre a adjudicação ou não e que tinha sido admitida a concurso e que era para o FDO. Porque penso que ao abrigo da Lei da Contratação pública, o não cumprimento da capacidade financeira fará o afastamento do concorrente? E, portanto, desse ponto de vista temos alguma questão por resolver e eu tinha honestamente algum receio que existisse alguma pretensão jurídica sobre esse mal fadado concurso que foi aberto e que o Senhor Presidente a bom tempo decidiu não prosseguir.*

*E depois a última Senhor Presidente. O Senhor Presidente disse aqui que era notável e usou esta expressão, a questão da redução de quatro ou cinco milhões do passivo da autarquia.*

*Eu não sou propriamente da área, mas também não sou destituído de todo, números são números, conceitos contabilísticos são conceitos contabilísticos, e portanto é tão simples como isto: apareceu um relatório (e há vários) também há vários dados do anuário que já foi aqui referido, que dá um aumento muito substancial da dívida desde 2006! Em 2006 118 milhões de euros da dívida exigível e 161 milhões em 2010.*

*E eu pergunto duas coisas muito simples: Primeiro, qual era o Passivo exigível que constava do Relatório de Auditoria quer da IGT (Inspeção-Geral Tributária), quer da Auditoria privada que foi feita?*

*Ou seja, qual era o passivo exigível que as “contas” das auditorias diz foram deixadas pela autarquia socialista ao Senhor Presidente de Câmara? E qual é o passivo exigível ao dia de hoje?*

*E isto não há cá, põe esta coisa, tira esta coisa etc.. É tão simples ser claro Senhor Presidente. O dinheiro que se deve efetivamente é diferente da questão ou do conceito contabilístico do passivo. E o que os aveirenses precisam de saber ou devem saber ou devem pelo menos serem informados (que é público) e é evidente, qual é o passivo exigível ao dia de hoje? E se não souber ao dia de hoje não tem problema nenhum, ao ano de 2011, e se não souber o ano de*



2011 não tem problema nenhum, ao ano de 2010 e qual era o passivo exigível da autarquia em 2005 ou em 2006.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[069](#)

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Pois, eu gostaria de começar por realçar aquilo que tem sido constante ao longo dos últimos anos, que é a redução gradual do passivo da Câmara Municipal de Aveiro! Por isso feito de uma forma sustentada e que por isso nos dá credibilidade que realmente estamos no caminho certo de debelarmos este problema e de pensarmos em que o município de Aveiro finalmente pode começar a fazer alguma obra. Apesar que essa obra que se tem que fazer tem que ser obra participada. E esta Câmara Municipal de Aveiro já mostrou que sabe aproveitar as oportunidades. E isso tem deixado muito zangada a nossa oposição e compreende-se porquê, não é.*

*Porque se durante muito tempo esta oposição ficava muito zangada connosco porque nós referíamos só o Passivo da Câmara e aquilo que nos preocupava na redução do Passivo da Câmara, agora é a própria oposição que lembra a Câmara, que a Câmara tem um grande Passivo e que por isso não pode fazer obras! Que a Câmara tem que ter muito cuidado com as obras que faz. Com as obras onde coloca o dinheiro que é de todos os munícipes. Onde coloca o dinheiro que é dos europeus. É dos fundos europeus e que estamos a administrar mal os fundos europeus. Dizemos nós, aqueles que administram os fundos europeus e que esses são os detentores do dinheiro, acreditam em nós e confiam em nós e têm provas de que realmente os dinheiros estão a ser bem geridos, como não o foram no passado.*

*Porque eu não vi exatamente esta que é agora a oposição socialista, na altura, a justificar e a ficar preocupada com os milhões que nós gastávamos nos túneis.*

*Ficam agora muito preocupados por causa de estarmos a falar em milhares! Já não são milhões, são milhares! Temos uns milhões para pagar, é verdade. Mas agora estamos a falar de milhares e ainda por cima milhares que são participados por fundos europeus. Então eu volto a frisar este aspeto que me parece que é muito relevante que é de que o Partido Socialista hoje em dia está preocupado, é onde uma Câmara que na realidade tem parte dos recursos financeiros, mas que consegue ir buscar fontes de financiamento para obras específicas em programas específicos e que por isso o dinheiro não pode ser colocado noutras obras que o Partido Socialista achava que eram muito mais interessantes. Ao contrário daquilo que na realidade se fez no passado que era exatamente de sem esta Assembleia Municipal dar qualquer aval, de se poderem fazer obras que custaram milhões ao nosso município e que hoje em dia continuamos a pagar e que descaracterizaram completamente aquilo que é o centro urbano da cidade. E eu só falava na avenida Dr. Lourenço Peixinho e no túnel que foi construído por baixo da estação.*

*E isto para já não falar de outras obras também, que são muito interessantes, são muito agradáveis, estamos num edifício que acho que ficou muito bem arranjado, é o ex-líbris de Aveiro, mas não vamos perguntar ao Partido Socialista quanto é que o Dr. Élio Maia tem que estar a pagar por este edifício onde nós neste momento estamos.*

*Assim como também não vamos perguntar ao Dr. Élio Maia, quanto é que está a pagar pelo edifício da Câmara Municipal de Aveiro, o edifício Sede e a Cave que teve que ser arranjada e outras obras que foram feitas, muitas, muitas, muitas obras e o Partido Socialista nessa altura não se questionava se estávamos a usar o dinheiro corretamente ou não. Porque como era óbvio, o dinheiro, isso era uma coisa que depois logo se veria como é que se havia de pagar. Os tempos hoje são outros e os tempos hoje são de criteriosamente colocar no sítio certo os investimentos necessários ao município e de acordo com as oportunidades. E as oportunidades estão aí. Temos aí o Parque da Sustentabilidade e é um conjunto de obras que como nós já vimos e o Partido Socialista também sabe disso, vai ser muito importante para requalificar a malha urbana, a malha pedonal, a malha ciclável do nosso centro da cidade.*

*E era isto que gostaria de refletir aqui convosco. E agora mostrar-vos algumas imagens porque há bocadinho foi aqui referido uma petição, foi referido uma petição que tinha recolhido 3.500 assinaturas, e deixou-me preocupado, porque ao ler o texto da petição eu não acredito que estes 3.500 cidadãos aveirenses tenham lido com atenção aquilo que assinaram!?* E isso preocupa-me. E isso preocupa-me muito. Eu não acredito que 3.500 cidadãos aveirenses estejam convictos de que a construção de uma ponte no canal central e as suas rampas de acesso lateral irão ter consequências na navegabilidade no canal! Limitando a passagem, imaginem, e a atracagem das embarcações, nomeadamente os moliceiros. [foi projetada fotos do canal] Está ali um moliceiro com vela, que com a construção da ponte não mais por aqui poderão passar!? Como é que 3.500 cidadãos aveirenses podem assinar esse texto a não ser que não o tivessem visto! E isto para mim é muito grave.

*É muito grave, que cidadãos aveirenses tivessem assinado um texto sem o ver ou então que apareça um texto que os cidadãos aveirenses não tivessem assinado. Por isso, das duas uma, há aqui alguma coisa que não bate certo porque os cidadãos aveirenses sabem que nenhum moliceiro com aquele mastro que mostrámos já não pode passar nesta ponte que aqui está e não passando nesta ponte, não pode ter acesso ao canal central. Ou seja, pode abrir, pode içar a vela no canal central, mas isso também já o pode fazer com todas as pontes. Podem pôr o moliceiro entre duas pontes e içar a vela, agora já não anda é para lado nenhum. E por isso eu não aceito, como não aceito, que os aveirenses não saibam o que é um moliceiro e não saibam o que é um mastro. Eu não acredito que 3.500 aveirenses tenham assinado exatamente este texto que me fizeram chegar. E por isso gostava de mostrar agora a imagem seguinte. E mostrar a imagem seguinte para mostrar o seguinte: eu não sei se estão a ver mas isto é o Canal Central num tempo que já não é o meu. Eu não me lembro daquele restaurante ali no Rossio. Mas se calhar hoje em dia também os nossos concidadãos são capazes de dizer que desfigura o canal central.*

*Bom, se calhar não estou habituado vê-lo e por isso também acho que se calhar desfigura o Canal Central. E pedia para mostrar também a imagem seguinte, se bem repararem exatamente no centro vêem que aquela zona da ria onde está agora a capitania e se virem a capitania é o edifício mais atrás, mas ainda atrás do edifício da capitania que é o que tem os arcos do moinho das marés, ainda há um outro edifício, que neste momento não existe ou seja, quem é que fez com que se deitasse abaixo o edifício no centro da cidade, encurtasse a riam se aterrasse o canal central, para construir uma avenida! Faz sentido construir uma avenida, quando se vai deitar abaixo um pedaço de ria e deitar abaixo um edifício no centro da cidade, descaracterizando o centro da cidade? (Fazia o favor de mostrar a imagem seguinte). Aqui estamos a ver neste momento aquilo que acontece, é que esta ria já não existe, cá está o edifício da Capitania onde nós agora nos encontramos, aquele pedaço de ria já não existe. Faça o favor de mostrar a seguinte. A mesma imagem para vermos de cima que realmente há ali um bico que agora não existe, porque a estrada foi completamente aterrado e se fizesse o favor mostrava a seguinte para mostrar que onde diz “garagem” porque a Companhia Aveirense é onde nós neste momento estamos e por isso podemos ver que a Avenida foi exatamente rasgada deitando abaixo todo este quarteirão no centro da cidade. E por isso quando nós dizemos que uma ponte no canal central vai descaracterizar o centro da cidade é quem não conhece a história de Aveiro e não sabe que o centro da cidade foi sofrendo várias mutações. E por isso eu acabava só com a imagem seguinte que mostra uma projeção da ponte que nós estamos a preconizar para o centro da cidade (ouvem-se vozes). Pronto, já temos mais uma vez outras intervenções, de maneira que se os meus colegas não me deixam continuar a intervir... Senhor Presidente, eu apelava-lhe para que ou eles ou eu, não é?*

*Agradeço, exatamente, custe o que custar. E pelos vistos até nem vai custar muito, pelo menos em termos financeiros, se calhar vai custar muito ao Partido Socialista porque vai ter que engolir muitas coisas que tem estado a dizer. O que acontece é que esta ponte pedonal, podemos dizer assim, é uma projeção — ainda não está feita, é verdade. Mas vale tanto ou se*

*calhar vale mais, porque é feita pelo próprio arquiteto que construiu a ponte e a projetou. Vale tanto ou se calhar mais do que outras projeções que nós temos visto desta mesma ponte, em que se procurou potenciar uma enormidade, uma volumetria demasiado grande, que na realidade como qualquer ponte, como qualquer objeto físico vai ter, mas que se enquadra perfeitamente naquilo que é a centralidade de Aveiro, que é a nova centralidade e é uma coisa que é muito importante é que em Aveiro as pontes sempre uniram não desuniram.*

*As pontes ligam a freguesia da Glória à freguesia da Vera-Cruz. As pontes sempre, nós e ainda hoje consideramos, são o centro da cidade e por isso esta ponte também vai contribuir para que seja o centro da cidade. Vai fazer com que o centro da cidade se possa atravessar pedonalmente. Porque ninguém hoje e já aqui foi recordado, atravessa pedonalmente ou pelo menos através de uma bicicleta a Ponte de Praça. E por isso hoje é muito difícil andar a pé pela Ponte Praça. Hoje é muito difícil andar de bicicleta na Ponte Praça. Nós com esta ponte vamos conseguir que desde a Marinha da Troncalhada, passando pela lota, passando pelo Rossio, indo para o Alboi, indo para a Baixa de Santo António, para o Parque Infante Dom Pedro, possamos acabar nos jardins de Santiago. E isto é uma mobilidade e fazemos com que Aveiro possa ter uma zona verde, uma zona cívica como nunca teve. E era importante que o PS pudesse reconhecer isto. Muito obrigado.”*

Vogal Raúl Martins (PS)[070](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)[071](#)

Vogal Filipe Guerra (PCP)[072](#)

Vogal Ivar Corceiro (BE)[073](#)

Vogal Paulo Jesus (PS)[074](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)[075](#)

#### Da Câmara Municipal

Vereadora Maria da Luz Nolasco[076](#)

Vereador Carlos Santos[077](#)

Vereador Pedro Ferreira:[078](#)

*“Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, muito bom dia a todos. Eu iria por começar por me dirigir à questão do Porto de Aveiro, importante para todos nós, é de facto um dos grandes motores da economia regional e de facto devemos todos pugnar para que continue a ter uma dimensão regional bem importante para nós.*

*Em Sede de Conselho de Administração da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), discutiu-se a possibilidade de tomar pública uma posição de defesa de uma administração próxima. E, portanto, uma administração que não ultrapasse a escala regional. Portanto tendo assim mais capacidade de gerir os nossos destinos.*

*Essa tomada de posição não foi ainda tornada pública uma vez que se entendeu ser preferível associar à Comunidade Intermunicipal a posição para outras entidades, nomeadamente a Associação Industrial e a Comunidade Portuária, que é uma Associação como o Carlos Barros referiu, que engloba toda a comunidade portuária de Aveiro e não só. Portanto é nosso interesse divulgar isso, mas com o apoio de outras entidades. Julgo que teremos muito mais força para defender a posição.*

*Também em relação à Base Aérea de São Jacinto, continuamos a manter contactos com o exército e para além do exército e para além do exército, com o Ministro da tutela, no sentido de privilegiar Aveiro com uma Base Aérea Regional, que permita não só voos militares mas também civis, potenciando então a possibilidade de ser utilizada por outro tipo de companhias. Há uma dificuldade que deveremos aqui demonstrar, que enquanto havia uma abertura muito maior da Força Aérea, talvez pela atividade da Força Aérea, o Exército não tem tanta abertura em relação a isso. E portanto há uma dificuldade que eu manifesto aqui e, portanto, nós continuaremos a tentar desenvolver esse processo.*

*Foi referida aqui a questão da Lei 8/2012 (lei dos compromissos), logo quase no início da noite e foi referida depois por vários deputados. Esta Lei aplicada aos municípios, empresas municipais, Serviços Municipalizados, Comunidades Intermunicipais, Associações que englobam o setor local, Juntas de Freguesia, traz antes de mais uma enorme carga burocrática já de si, que temos vindo a ter ao longo destes últimos tempos.*

*Para além da Lei 8/2012, saiu uma semana antes o Decreto-lei 32/2012, relacionado com a Lei do enquadramento orçamental. Estes dois elementos, uma Lei, e um Decreto-lei, vão ser ainda complementados e que está em discussão entre a ANMP e o Ministério das Finanças, e irão tornar profundamente burocrática a vida autárquica.*

*Das primeiras coisas que eu acho mais ridículas daquilo que é a leitura da Lei é a obrigatoriedade das Juntas de Freguesia apresentarem à Câmara Municipal e às Assembleias Municipais as suas dívidas a 31/12 e Planos de pagamento para as mesmas!*

*Acho que é uma intromissão clara em dois tipos de autarquias de nível diferente, mas é aquilo que está determinado na Lei.*

*Para além disso, e agora passando para aquilo que é o universo autárquico, representa basicamente isto: teremos que fazer trimestralmente uma base de fundos disponíveis e a partir daí só poderemos no caso de Aveiro (mas no caso de Aveiro e se calhar dos 308 municípios), gastar apenas 75% do valor que existe — sendo que uma grande parte será para salários, para despesas com a banca, despesas correntes, como foi referido já.*

*Dizer-vos o seguinte: para Aveiro isso não é novo. Nós fazemos isso regularmente e com uma base mensal como é óbvio, senão não teríamos conseguido reduzir o nosso grau de endividamento. Mas acreditamos que para alguns municípios seja mais difícil.*

*Eu tenho vindo a afirmar aqui que o município de Aveiro tem problemas financeiros — é conhecido. Mas é um município economicamente viável. Isto é, temos capacidade de gerar receitas muito acima de alguns municípios próximos. Isso permite de facto encarar com algum otimismo mesmo assim a aplicação desta Lei.*

*Gera-nos um problema em termos daquilo que é a execução do QREN. Como sabem uma das premissas que lá está é: só podemos contar com fundos do QREN após o pagamento dos mesmos. Normalmente os municípios e acho que de forma correta, contam apenas com os capitais próprios que estão ainda a incluir no projeto. Isto obrigará a um maior controle em termos de despesa e dos cronogramas financeiros dos projetos, nada que não seja impossível. Mas que nalguns casos e refiro-vos que o município de Aveiro não será com certeza o mais afetado, irão gerar muitos processos complicados.*

*Em relação às questões colocadas em relação aos Bombeiros dizer-lhes penas isto daquilo que foi colocado. Não percebi a questão do negócio das águas. Os Bombeiros nunca receberam dinheiro dos Serviços Municipalizados!? Portanto não percebi em que é que havia uma quebra de receitas? Se os bombeiros nunca receberam dinheiro das águas, dos SMA, a redução de 160 para 120 mil euros está protocolada no protocolo que foi determinado para quatro anos. Não é de agora. Foi aprovado nesta Assembleia Municipal. E não existe nenhuma dívida de 125 mil euros à data. Aliás, em relação à Associação em causa, hoje já é dia 1 de março, temos apenas o mês de fevereiro em falta.*

*Quanto às questões colocadas sobre as Taxas, nomeadamente de índole Turística e de utilização dos Canais Urbanos. Os regulamentos estão em consulta pública e continuamos disponíveis para receber todas as propostas para analisar.*

*Quero-vos dar uma nota. Estamos a falar de setores onde há investimento municipal. Onde não há receitas próprias para o mesmo e onde há investimentos muito grandes, nomeadamente ainda agora estamos a fazer um levantamento das pontes que muita gente aqui pelos vistos não concorda.*

*Eu sempre pensei que toda a gente concordava que o moliceiro devesse andar com a proa levantada. É uma imagem se calhar bem mais bonita do que aquilo que as pessoas hoje em dia*

*falam como uma imagem de Aveiro e temos que financiar esse tipo de obras. Aliás, estava previsto quando a assunção pela CMA da gestão dos canais urbanos que isso iria acontecer.*

*Foi aqui colocada a questão da AGIR. Temos que começar a trabalhar. A AGIR de facto é uma parceria entre a Câmara e a Associação Comercial. É uma Associação entre duas entidades que não têm muito dinheiro nesta altura e que tem tentado aproveitar ao máximo aquilo que são os fundos comunitários. Não é fácil, temos tentado utilizá-los.*

*Foi colocada aqui a questão, primeiro só por um deputado, depois por vários em relação à questão que veio agora a público sobre o Anuário, o Anuário Financeiro das Autarquias.*

*Eu fiquei um bocadinho desiludido. Aliás, escrevi aqui “que desilusão” por ser uma coisa que já tem um ano. Discutimos aqui em abril e em maio de 2010, que foram as Contas da Câmara. E as Contas são exatamente aquilo que nós apresentámos aqui. Ou seja, aquilo foi a imagem, aquilo que foi apresentado agora, foi a imagem que aqui apresentámos. Foram as Contas que o município aqui apresentou. Não é nada de novo.*

*Dar-vos nota disto e falámos aqui muitas vezes sobre isto. Em 2010 nós fizemos questão de tudo o que estava a ser colocado e dissemos que era a imagem mais fidedigna do município. Aliás, a partir daí temos apresentado sempre, sempre, Balanços reduzidos em todas as Comunicações do Presidente. Isso significa alguma coisa. Temos confiança naquilo que estamos a apresentar.*

*Não estejam com a expectativa de que vai aparecer vinte milhões agora para reduzir e para termos aumento de dívida depois porque isso não vai acontecer.*

*Gostava muito que só discutíssemos Contas daqui a dois meses. Mas se quiserem de facto discutimo-las agora. E discutimo-las agora no seguinte: o Dr. Pedro Pires da Rosa perguntou em 2005 o que era o Passivo exigível, dívidas, dívidas a terceiros, de curto, médio, longo prazo muito bem. Cento e setenta e sete milhões quatrocentos e catorze mil cento e seis setenta e três euros. Isto sem uma coisa que nós incluímos, que são adiantamentos por conta de vendas como o senhor sabe. Nós tínhamos vendido terrenos e não os tínhamos comprado.*

*À data de 31/12/2010, está no Anuário, cento e sessenta e um milhões, novecentos e oito mil oitocentos e setenta e três euros. Portanto viu o que reduzimos nesses cinco anos.*

*Parece que o Tribunal de Contas esteve cá há alguns meses, fez um relatório, agora parece que nós estávamos em incumprimento de tudo. Acho que ninguém leu uma parte, onde dizia que o município de Aveiro nestes últimos três anos contabilizou quarenta e cinco milhões de euros de Passivos omissos — parece que ninguém leu isso!?*

*Quanto aos quinze dias para responder aos Senhores Ministros. Como é óbvio e eu percebo e agora vou-vos explicar porque é que percebo esta carta que nós ainda não recebemos.*

*É pena ser primeiro a Comunicação Social a receber e depois nós sabermos em concreto. Nós todos os meses enviamos para a Direção Geral das Autarquias Locais e para a IGF uns mapazinhos onde constam todas as dívidas em determinados escalões, quer médio ou a longo prazo, quer aqueles que são a mais de 90 dias da data de vencimento. Enfim, vários tipos de mapas e como sabem a IGAL está em processo de fusão com a IGF e parece-me que nestes entretantos, estas duas entidades devem ter feito circulação de documentos entre si e percebi de que havia se calhar alguns municípios que reportavam uma coisa para uma entidade e outra para outra.*

*E portanto, percebe-se que o Estado Português queira saber ao certo daquilo que está a tratar. Até porque ao contrário daquilo que disse, mas percebo que ouça esse tipo de situações, parece-nos que o Estado pretende saber ao certo o que é que estamos a tratar em termos de dívidas de curto prazo — que essas é que é importante consolidar e perceber até que ponto vai fazer exigências às autarquias.*

*Dar-vos só uma nota em relação a todo este processo. Nos últimos dois anos o Estado Português teve os maiores défices desde o 25 de Abril.*

*Teve só num ano mais 10%. Noutro teve medidas extraordinárias senão iria ficar perto dos 8%. E nestes dois anos e não são contas minhas, são contas da Direção Geral do Orçamento,*



*os municípios que representavam em 2009 4% da dívida pública, tiveram um superavit. Ou seja, contribuíram negativamente para esse défice.*

*Portanto acho que não são os municípios que têm aqui que fazer. Compreendo que seja importante o Estado, todo o Estado, ter a informação toda. Mas há sítios muito mais importantes (e isso é a minha opinião), onde de facto se deve fazer cortes e se deve realmente analisar as contas e arranjar planos de saneamento também para a Administração Central.*

*Só ainda duas notas, uma em relação à questão do CEMIA. O CEMIA está parado por dificuldades do empreiteiro. Nós temos sido talvez um bocadinho benevolentes para com ele.*

*É um empreiteiro que tem uma obra de um milhão e quatrocentos mil euros de uma Câmara vizinha feita e ainda não recebeu. E portanto nós compreendemos a situação. Acho que já passou tempo a mais e nós vamos provavelmente aqui fazer como fizemos em Verdemilho, que aliás é outra situação. Tivemos problemas com o empreiteiro, nós fizemos uma sessão de posição contratual para um dos subempreiteiros e a obra já está em curso. Essa foi uma das questões também colocadas.*

*Quanto ao Porto de pesca, ele está, não sei se à data de hoje já está na plataforma VORTAL Foi aberto um procedimento, estamos a finalizar algumas conversas com o PROMAR. Como sabem isto com a mudança dos gestores, houve algum abrandamento nas análises das candidaturas.*

*Por último só dar-vos esta nota em relação à utilização de fundos comunitários. Nós temos, como aliás está na Comunicação do Senhor Presidente, vinte e seis milhões de euros aprovados e dezanove milhões de euros de FEDER.*

*Eu julgo que não estamos aqui a fazer obras a mais. Estes vinte e seis milhões de euros são comportáveis para aquilo que a autarquia de Aveiro neste momento pode com as dificuldades financeiras que tem. Estes dezanove milhões de euros podem ser aumentados porque isto é a taxa base e como sabem não há possibilidade de subir. O que significa que temos toda a possibilidade de nos próximos meses realizarmos de facto muitas obras.*

*Por último só uma nota. Todo o Parque da Sustentabilidade vai representar 1,4 milhões de euros de capitais próprios do município, todo. Isto significa a maior intervenção em espaço público contínua por um valor absolutamente irrisório.”*

Presidente da Câmara:[079](#)

*“Muito obrigado. No momento em que se operou uma reviravolta na maioria presente no executivo e em que os homens voltaram a dominar a situação e graças ao voto de qualidade do Presidente.*

*Então, começar pelo Filipe Guerra. Quando diz que não houve nenhuma informação da Câmara aos Bombeiros sobre o terreno para a Sede. Certamente não acredita que os Bombeiros não tenham informação de que foi deliberado no Executivo Municipal e na Assembleia Municipal — certamente que não acredita nisso!?*

*Só em complemento ao que foi dito. De 2006 a 2011, foram dados (e é só aos Bombeiros Novos) portanto, outro idêntico depois aos Bombeiros Velhos, naturalmente. Mas só para as Bombeiros Novos 144.800 euros, não nos seis anos, mas em cada um dos seis anos.*

*Portanto os Bombeiros Novos receberam e estou a falar do que receberam, não estou a falar de intenções, em nove anos receberam, um milhão duzentos e sessenta e cinco euros, só para apoio à sua atividade. Não está aqui incluída a grua, não está incluído o terreno, não estão incluídas outras situações. Naturalmente qual é o Executivo que não gostaria de dar muito mais dinheiro aos Bombeiros? Todos os executivos.*

*Em relação à nossa postura com os Bombeiros. Relembrar que muito recentemente Aveiro viveu dois momentos especiais. O primeiro foi a escolha por parte da Liga dos Bombeiros Portugueses que escolheu o Município de Aveiro, para comemorar o Dia do Bombeiro Português, que decorreu aqui no dia 28 de maio de 2011. E a segunda distinção, também no ano passado, foi primeiro a deliberação e depois a atribuição em cerimónia pública, da mais*

*alta distinção que é concedida pela Liga Portuguesa dos Bombeiros ao Município de Aveiro, pelo apoio relevante que têm dado aos seus Bombeiros e às suas Corporações.*

*Quanto à ponte. Sobre esta polémica dizer-lhe que Aveiro não é uma terra de unanimismos. Foi aqui que em 1828 o conselheiro Queiroz gritou a palavra liberdade. Foi aqui que nasceu o José Estêvão. Foram aqui que aconteceram os Congressos da Oposição Democrática. Esta é a Terra da Liberdade reconhecida aqui pelo próprio Presidente da República quando veio entregar essa distinção à nossa cidade.*

*Portanto o que acontece nesta participação, nesta envolvência que é saudável, é rica, é importante, é desejável e é valiosa que aconteça. Os cidadãos podem e devem participar na construção da sua comunidade expressando todas as suas opiniões. Mas isto origina aqui uma dificuldade. É que se estivermos à espera de conseguir em relação a qualquer decisão ou em relação a qualquer obra a unanimidade, nunca mais há nenhuma deliberação, nem nunca mais há nenhuma obra.*

*Como aqui já foi referido há pouco, eu ainda há algum tempo tive oportunidade de ler algumas das passagens que foi a construção da Avenida. Se estivéssemos à espera, não direi de unanimidade, mas de um consenso alargado para se ter construído a Avenida Dr. Lourenço Peixinho, andávamos ainda hoje, 92 anos depois, aqui a ver se construíamos o consenso para se fazer a Avenida.*

*Como é evidente, é bom que haja unanimidade, mas com a impossibilidade nomeadamente por esta dimensão genética, com esta característica genética que está nos nossos genes, da nossa comunidade, naturalmente ela é sempre muito difícil de conseguir.*

*Mas como é que se ultrapassa esta questão? É exatamente por ultrapassar esta questão Filipe, que há de 4 em 4 anos eleições. Em que as pessoas, os cidadãos de uma comunidade, escolhem os seus representantes para nestes momentos em que não há unanimidade, quando há unanimidade não é preciso haver uma decisão, é para impedir esses impasses em relação a estes processos.*

*Não são decisões fáceis para quem está nestes lugares, para quem foi eleito para tomar estas decisões, não há aqui a possibilidade de termos decisões salomónicas em que se corta as coisas a meio e toda a gente fica satisfeita. Aqui só há ou sim ou o não. Não há nenhuma alternativa no meio que nos possa valer.*

*E naturalmente se a decisão for sim desagrada aqueles que acham que deve ser não. Se a decisão for não desagrada àqueles que acham que sim.*

*Agora a pior coisa que um eleito pode fazer é não decidir. Uma decisão duvidosa é melhor do que uma indecisão que a pessoa arrasta toda a vida. Há momentos (como já aqui foi dito) para discutir, há momentos para refletir, há momentos para participar, há momentos para a alterar, mas há depois a seguir momentos para decidir e há momentos para fazer.*

*Da nossa parte, pelo papel que desempenhamos, não recusamos esse papel independentemente da dificuldade que há na decisão da problemática e dos problemas que possam acontecer em assumirmos essa nossa responsabilidade — e penso que ninguém entenderia o contrário da nossa parte.*

*Quanto ao edifício da Lusostela, é propriedade da ESTAMO, que é uma empresa pública, temos insistido, e as coisas estão melhores do que estavam no início, vamos ver se há limpeza total.*

*Quanto à rotunda estamos a fazer tudo para ver se isso ali se consegue resolver, que era importante.*

*Quanto às Taxas e ao Alboi. O João Carlos colocou esse assunto. Uma parte do Alboi, os cinquenta metros junto ao canal do Alboi integra o Domínio Público Marítimo.*

*Nessa situação estão sobre a jurisdição do INAG (Instituto Nacional da Água) e sobre a ARH do Centro, sendo este o administrador dessa espaço. É nos cinquenta metros junto ao Canal que a ARH tem vindo a enviar às pessoas diversas taxas para serem pagas, algumas de valor elevado.*

*Como é compreensível as pessoas sentem-se injustiçadas, não só pagam os impostos do seu imóvel como qualquer um de nós, qualquer cidadão paga (como duplica) e tem que pagar uma outra taxa em relação ao mesmo imóvel. Isto cria situações de incompreensão e até de alguma indignação perfeitamente compreensível por parte das pessoas.*

*Nós só queremos averiguar esta situação à luz da Lei em vigor. E à luz da Lei para que isto se resolvesse e para que cada proprietário visse reconhecida a propriedade privada de cada proprietário da sua própria propriedade, sem este encargo à ARH, era preciso face à Lei da Água que saiu em 2005, era preciso encontrar um documento que comprovasse que antes 1864, portanto há 138 anos, já esse espaço estava no domínio privado — já esse espaço existia como privado e não como espaço público.*

*E para ser reconhecida a propriedade privada tem que ser intentada uma ação em Tribunal, tem que ser interposta uma Ação Judicial, para que seja oficialmente reconhecida a propriedade privada daquilo que neste momento é o espaço do domínio público marítimo. Como imaginam, encontrar um documento que titulasse, que desse, que comprovasse, não foi fácil, tivemos a ajuda de uma pessoa que vive no Alboi, que foi excepcional, e que deu uma ajuda extremamente valiosa, mas finalmente encontrou-se.*

*Encontrou-se uma ata de 1861, uma ata da Câmara, três anos antes (foi à tangente), foi ali muito próximo, encontrou-se uma ata da Câmara em que a partir desse documento em que era assegurado aquele espaço todo para propriedade da Câmara. Passou a ser já privado, porque era da Câmara, mesmo sendo uma entidade pública passa a ser privado.*

*Agora a questão é os passos seguintes. A condição normal seria que cada privado, cada particular, cada proprietário, tinha que intentar uma ação. Imaginam a complexidade disto. Foi encontrada aqui em articulação com o INAG, uma reunião que houve em Lisboa, foi encontrada aqui uma solução em que a Câmara avança, intenta essa Ação no Tribunal e chama ao processo, chama a essa ação como testemunha, todos os proprietários que têm que comprovar a sua propriedade naturalmente e a sua legitimidade da posse do terreno. E desta forma pensamos ser possível solucionar essa questão sem custos elevados para os próprios cidadãos e de uma forma mais célere. Até porque como sabem todos estes processos têm um limite temporal definido na Lei, 31 de dezembro de 2013. O que até lá não foi feito, no dia 1 de janeiro de 2014, já não vale a pena fazer rigorosamente nada porque é irreversível essa propriedade do domínio público marítimo.*

*Quanto ao Campus da Justiça. Naturalmente que nos preocupou a decisão que foi tomada em relação ao processo. No conjunto de tudo o que estava em causa compreende-se. O conjunto todo que estava em causa, temos mantido contacto direto, não há luz ao fundo do túnel, como se imagina naturalmente, mas vamos continuar como é nossa obrigação a acompanhar o processo.*

*Quanto à inflexibilidade que aqui foi referida do Executivo, também aqui nunca há apenas um inflexível. Quando alguém fala em inflexibilidade significa pelo menos dois inflexíveis.*

*Quanto ao ouvir as pessoas, eu sei que é aborrecido. Mas este processo foi desencadeado em 2008. Foi aprovado em janeiro de 2009. Já lá vão mais de 3 anos que este projeto foi aprovado, envolve inúmeras entidades. Foram feitas apresentações em todo o lado, não vou aqui discriminar senão nunca mais saímos daqui. Entre a aprovação do projeto e a data de hoje decorreram trinta e oito reuniões de Câmara públicas onde as pessoas podiam ter colocado os seus assuntos e as suas dúvidas.*

*Tenho a ideia de que foi dito aqui neste espaço, em duas Assembleias que houve para discutir o assunto, para se falar sobre o assunto, que foi dito aqui em julho de 2010 o seguinte: – atenção, há limites temporais. Porque isto viver em democracia tem estas dificuldades. Porque quando vivemos numa oligarquia ou numa anarquia é fácil porque a gente sabe que numa há um que manda sempre, na outra ninguém manda. Mas quando há democracia há sempre uma produção legislativa que tem que regular a relação entre as pessoas. Portanto há datas que têm que ser cumpridas. E dissemos aqui no dia 31 de maio de 2011, temos que entregar os*

*projetos de especialidade de todas as obras, se chegarmos lá no dia seguinte com os projetos debaixo do braço, cumprimentamos as pessoas e eles dizem-nos “podem-se ir embora”, não há participação nenhuma.*

*Portanto havia aqui um limite temporal para que houvesse também essa participação, para que pudesse haver ajustes, para que pudesse haver correções significativas durante esse tempo até essa data o município entregou na data que tinha que entregar os projetos, não recebeu até essa data nenhuma participação e a culpa naturalmente não é das regras, a culpa é de quem não cumpre essas mesmas regras. E diria ainda mais: quando foi o arranjo da Praça Melo Freitas, se estivéssemos à espera quando avançámos com o projeto, se respeitássemos as petições, as opiniões e as sugestões, a Praça Melo Freitas ainda estaria agora como estava na altura. Passamos por lá agora e está muito mais agradável. Quando foi o processo das árvores da avenida, a mesma situação. Tínhamos a convicção de que estávamos a fazer bem e quando temos a convicção, temos o dever de o fazer. A Avenida ainda estaria na mesma, não sei se não teria acontecido nenhum acidente grave entretanto com alguma árvore e neste momento está ali um espaço que nos valoriza a todos.*

*Quanto ao processo do Alboi. Complementar um pouco aquilo que foi dito aqui pelo Senhor Presidente da Junta, dizendo o seguinte: no dia 22 de maio de 2010, na sequência de uma visita de uma sessão que tomámos a iniciativa de a realizar ao Alboi, nós fomos ao Alboi à Banda Amizade e pedimos para ir lá falar com umas pessoas. E na sequência daquilo que ouvimos da parte dos cidadãos, das sugestões que foram apresentadas, uns dias depois, dez dias depois, nós fomos lá no dia 14 de maio de 2010. No dia 22 de maio de 2010, escrevemos uma carta a todos os residentes do Alboi, porque nestas coisas é o verbal, fica sempre a ideia que depois não era assim, que não foi dito isto, foi dito outra coisa. E escrevemos penso que foi assinado pelos dois (não foi Senhor Fernando) uma cartinha a todos, a dar nota da reunião, a registar as opiniões tidas na reunião e a definir o futuro. Aquilo que nos parecia ser o caminho face às propostas recebidas, as alterações, e as sugestões. E a carta terminava (o Senhor Fernando tem-na ali na mão) assim: – sendo este um projeto dinâmico, será ainda possível introduzir alterações que venham ao encontro da bondade dos conceitos que lhe subjazem e por conseguinte melhorar a qualidade do espaço. A Câmara e a Junta de Freguesia da Glória continuam totalmente disponíveis para a receção de todas as sugestões e propostas por parte dos residentes, tendo sempre como objetivo central criar o maior consenso possível em torno deste projeto que é particularmente querido e importante para todos os aveirenses.*

*Isto foi escrito no dia 22 de maio de 2010. E o que aconteceu numa reunião de Câmara em que nós tínhamos maioria em termos de voto, o que aconteceu foi a democracia. E foi o respeitar este compromisso que foi assumido. Houve uma solução mais consensual e foi essa solução que foi seguida com toda a naturalidade nesse momento.*

*Dr. Marques Pereira diz o pior da estrada de São Bernardo e disse muito bem. Até porque eu passo lá todos os dias e sei quantas vezes por dia (ouvem-se vozes). Pronto, diz o pior da estrada de São Bernardo, critica e bem, e é mesmo a verdade, mas depois vem dar uma voltinha. É que agora há dois concursos para arranjar a estrada, mas há aqui um problema, é que o Presidente da Câmara é de São Bernardo. O Senhor Presidente da Câmara é de São Bernardo! Qualquer terra que tenha um Presidente da Câmara não pode pavimentar uma estrada? Isso tem que ficar definido não vá haver uma pavimentação de uma estrada. Até parece que na estrada de São Bernardo só passa um aveirense por dia que sou eu, não? Sou eu. Não passa mais ninguém.*

*Portanto como não passa mais ninguém durante o dia, pronto não faz sentido e ela se for arranjada é só por causa do Presidente da Câmara lá passar, por mais nada!*

*Quanto à “magnanimidade” que nós não tivemos penso que já foi aqui esclarecido.*

*Quanto à falta de licença para uma obra, e avançarmos com a obra sem licença, é inenarrável! Foi a expressão utilizada. Só para dizer que ‘inenarrável’ é alguém, uma*

*entidade pública, exigir uma licença que não é necessária, e nem que a lei obriga. Isso é que é inenarrável.*

*Depois, não consegue perceber por que é que quando os moliceiros passam lá por baixo, agora a gente vai subir as pontes para quê? Então eles cortaram a proa (como diz o Eng.º Carlos Santos) por prazer? Eh pá, agora vamos cortar a proa. Não há motivo nenhum para cortar a proa, mas vamos cortar a proa porque achamos melhor, agora que fica sem a proa. Pronto, enfim!?*

*Quanto ao facto do PS ser a favor da outra Ponte. É bom que fique claro isto até porque esse tipo de argumentação como o Prof. Manuel António Coimbra colocou muito bem, sobre agora os barcos moliceiros, a partir da ponte nova não poderem vir com a vela defraudada e com o mastro erguido, pronto há outra proposta de outra ponte noutro local. Só é pena que essa proposta venha neste momento. E como percebe, esta Ponte (e sempre pusemos esta questão) esta nova não substitui a outra. A outra, que neste momento com o enquadramento urbanístico que está do outro lado é um disparate fazê-la — é a nossa leitura.*

*Quanto às SCUTs. As SCUTs, foi aqui levantada a questão. Desde a deliberação que houve de portajar as SCUTs, quer o Executivo, quer a Assembleia Municipal, aqui por unanimidade, foram contra essa medida que foi tomada.*

*O município, interpretando aquilo que nos pareceu ser a vontade e indignação da Assembleia e do Executivo fez duas coisas. Primeiro interpôs uma Ação Judicial no Tribunal Central Administrativo do Norte, pedindo a nulidade da legislação que introduzia as portagens com base na ilegalidade da mesma — e essa ação corre os seus trâmites normais.*

*E a segunda iniciativa foi promover uma queixa contra o Estado Português junto da Comissão Europeia, invocando (a nossa queixa junto da Comissão Europeia, dar este pormenor que é importante) que a introdução de portagens violava princípios estruturantes da União Europeia.*

*Essa queixa que nós apresentámos foi transmitida aos eurodeputados portugueses que estão no Parlamento Europeu. E um deles, o Eurodeputado Diogo Feio, questionou por escrito a Comissão Europeia sobre o mérito desta queixa que foi apresentada.*

*Em resposta a essa questão o Comissário responsável pelo pelouro dos transportes informou que a Comissão não recebeu qualquer informação oficial sobre o novo sistema de cobrança de portagens introduzido no Norte de Portugal e conseqüentemente pediu às autoridades portuguesas uma notificação circunstanciada desse novo sistema.*

*Logo que as autoridades portuguesas forneçam as informações solicitadas a Comissão poderá avaliar a conformidade do sistema com as regras em vigor. Esta foi a informação prestada pelo Comissário.*

*Só muito tardiamente é que o Estado enviou os dados que haviam sido pedidos pela Comissão Europeia. E estes dados que o Estado Português enviou não foram considerados suficientes. Assim, a Comissão enviou formalmente um parecer fundamentado a pedir mais explicações e documentação que justificasse o comportamento do Governo e a pedir que alterassem as normas contrárias ao quadro legislativo comunitário, advertindo que se tal alteração não se vier a processar nos termos gerais do Direito Comunitário, o Estado será processado no Tribunal de Justiça da União Europeia. Ou seja, no plano material, foi dado pleno acolhimento aos argumentos despendidos pela Câmara e desde já foi reconhecido que a Legislação Nacional viola o Direito Comunitário e como consequência o Estado Português foi compelido a alterar a legislação que aprovou sobre pena de não o fazendo ser processado no Tribunal de Justiça Europeu.*

*À Assembleia Municipal de Aveiro, temos o dever de transmitir, que mesmo depois dos seus argumentos terem sido acolhidos pela Comissão Europeia, iremos continuar a acompanhar este processo e a desenvolver as diligências que se mostram adequadas a suprir as ilegalidades em que assenta o sistema de portagens introduzido nas ex-SCUTs e esta é a informação que temos para dar.*



*Para concluir Prof. Manuel António. Em relação à questão do abaixo-assinado, um baixo assinado que curiosamente não tem nenhum espaço para assinatura, não será um abaixo-assinado será uma relação de nomes, vê-se a identidade e não sei o quê mais, mas para completar dizer assim: mais grave até, muito mais do que quem assina, é quem elaborou o documento.*

*Quem elabora um documento para ser assinado, sabia que aquilo que lá estava a escrever não era uma verdade. E a pessoa sabia, mas fez que não sabia! Sabia, mas adulterou a verdade porque dava jeito para ver se conseguia convencer mais alguém.*

*Sabia, mas mesmo assim não resistiu àquela tentação humana que nós temos de tentar sempre enganar. Arranjar mais um argumento para enganar. E naturalmente, quem elabora uma carta, e uma carta é um documento escrito que é objeto de natural reflexão por parte de quem a produz, não é propriamente um improviso que é feito. Quem elabora um documento destes, sabendo aquilo que faz, é merecedor pelo menos da maior censura pública. Muito obrigado.”*

### Membros da Assembleia

Presidente da Mesa:[080](#)

*“Não podemos deixar de nos felicitar pela notícia que a câmara Municipal nos acaba de dar, até Moção aprovada por esta câmara, no sentido da ilegalidade a nível das instâncias europeias, no pagamento das SCTUS que os aveirenses se sujeitam no dia-a-dia. O nosso bem-haja, relevamos esse mesmo facto, e vamos com isso, porque sabemos da justiça aveirense em relação a essa questão.”*

Vogal Filipe Guerra (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[081](#)

*“Primeiro em relação ao site da internet da Câmara Municipal. Senhor Presidente de Câmara, é fundamental que ele tenha as atas das reuniões de Câmara a tempo e horas para que todos os deputados municipais possam exercer o seu poder de fiscalização da autarquia, bem como outros documentos nomeadamente este Regulamento Municipal de Taxas e outros que também não estando portanto no site da Câmara, não se justifica que não estejam.*

*Senhor Presidente de Câmara, e porque não foi dito qualquer referência a este assunto, Senhor Presidente de Câmara em que pé está o processo da Avenida Lourenço Peixinho, nomeadamente os trabalhos de conceção de uma nova Avenida, em que pé é que isso está? Quais os conceitos de desenvolvimento urbano que estão a ser adotados, pensados, ponderados para aquele importante eixo do nosso concelho? Disse.”*

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[082](#)

*“Não é surpreendente que normalmente o Executivo não responda à maior parte das questões colocadas aqui pelo Bloco. Eu acho que não é esquecimento, acredito que não é esquecimento, acho que nem sequer é má vontade, acho que é incapacidade de o fazer.*

*Ficou muito por discutir na questão dos concursos públicos na Câmara Municipal. Gostava de sublinhar isso, não é normal.*

*A resposta à nossa crítica sobre a implementação urbana na periferia de Aveiro foi uma resposta pobre e enganadora. E relativamente canil eu gostava de saber uma data se possível, para quando é que está previsto o fim das obras no novo espaço da Taboeira, dado que aqui cada vez que se ouve falar em orçamentos e obras, são lançadas, mas nunca são terminadas — foi o caso por exemplo da canalização para o Bairro de Santiago em Aveiro, que ainda não está feito. Obrigado.”*

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[083](#)

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Vou satisfeito com esta Assembleia, as minhas perguntas foram taxativamente respondidas e bem respondidas. E realmente tem mérito o trabalho que a Câmara apresentou e nas respostas que me deu. Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado a todos.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[084](#)

*“Senhor Presidente não foram algumas posições do deputado Carlos Barros que aqui em tempos tem feito, enfim, o seu trajeto com alguma ou bastante autonomia, eu diria quase que vinha com as perguntas encomendadas, acertou em cheio!? Correu bem. Correu bem!*

*Muito brevemente só para fazer esta réplica que terá que ser feita. Eu aceito tudo, eu aceito tudo, que me digam até que as dívidas que o PS deixou foram uma coisa do outro mundo etc. Porque números são números, se deixou, deixou, agora dizem está recuperado, está recuperado.*

*Agora o que eu não aceito que me diga Senhor Vereador e não aceito mesmo, é que me diga que o documento é válido numa perspetiva e que já não o é na outra. Ou seja, fez uma menção (eu não vou destruir os valores que me deu, vou só trabalhar com os dados que me deu) que a dívida exigível do Relatório da Auditoria era 177 milhões de euros e não sei quê, até posso pôr 178 (escrevi 177 mas não foi por má fé) 178, seja.*

*Depois falou-me da questão do Anuário que saiu referindo 2010 e que estes números já tinham vindo. Aceito que sim, não estou a pôr isso em causa. Eu só quero é esclarecer de uma vez por todas. Depois foi dizendo até que em 2010 era 161 milhões de euros. Pronto o que daria realmente uma redução efetivamente de 177 milhões para 161. A pergunta que lhe faço é: a ser assim o que temos é 177 milhões de euros em 2005 de dívida exigível, e em 2006 com os números do mesmo Anuário 118 milhões. E portanto houve uma redução de 60 milhões de euros num ano que vocês conseguiram reduzir num ano. Então a crítica que eu faço ou chamada de atenção é uma coisa completamente diferente que é, andaram bem em 2006 porque conseguiram reduzir num ano a dívida que vos ficou 60 milhões de euros, mas agora têm andado mal porque já aumentaram de 118 para 161.*

*E eu pergunto-lhe: em que é que ficamos? É que tem sido vários os números e o problema é assim, por muito que se queira acatar responsabilidades ao PS, o PS não pode ter mais responsabilidades do que aquelas que teve. Em 2005 a situação financeira da autarquia era uma situação difícil resultado de investimento que foi feito desde 97 até 2005. Algum do investimento poder-se-á pensar hoje, ao dia de hoje, que de alguma discussão ou que seja discutível, o que é certo é que nesta câmara, nesta onde estamos Assembleia, foram aprovados sucessivamente os vários investimentos. E ainda não ouvi para além do Estádio talvez, em que votámos todos a favor, uma crítica em concreto ou uma reprovação sobre a obra feita pelo PS. Mas eu não quero discutir sobre isso. Eu só estou aqui por uma questão construtiva. Agora este Executivo já tem seis anos e, portanto, também tem alguma responsabilidade sobre a dívida quer seja responsabilidade positiva porque a conseguiu diminuir ou responsabilidade negativa porque não a conseguiu resolver. Ou até de irresponsabilidade negativa porque face a alguns condicionamentos podia ter reduzido muito mais do que o que reduziu etc., etc.*

*Agora o que está em causa é que, a consequência é evidente, a dívida Senhor Vereador, tem vindo a aumentar!? E eu não acho que seja até do meu ponto de vista há uma grande inconsequência no Plano de Saneamento Financeiro que foi aprovado. Mas o problema essencial da Câmara e o problema essencial hoje é que o problema da Câmara é um problema estrutural do município.*

*O município, mesmo que o Dr. Élio Maia e o seu Executivo não faça rigorosamente nada, fique fechado no gabinete e não compre um clipe, perde dinheiro todos os meses — perde dinheiro todos os meses.*

*E a pergunta que lhe faço é: em que é que ficamos? Reduziram 60 milhões de 2005 para 2006 ou quais são os números que são falsos aqui?”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>085</sup>

*“Em relação à questão das atas das reuniões de Câmara. O atraso que há, embora a lei obrigue a assinatura, a ata da Câmara para ser eficaz basta ter a assinatura do Presidente e do Diretor Administrativo dos Serviços. No entanto nós temos seguido a filosofia de ser assinada por todos, para todos lerem a ata. Tem por vezes esta dificuldade como imagina, enquanto estão para serem todas assinadas, pelas pessoas todas, há atrasos, demora, e naturalmente que a ata só é publicada depois de assinada por todos.*

*Não sei se não temos que mudar aqui esta filosofia. Não tem a ver naturalmente com essa intenção das pessoas não assinarem, mas apenas para ver se agilizamos, para que não haja este atraso, porque depois em situações como as do PCP que não está no Executivo, não tendo as atas também não tem acesso às deliberações e aqui há uma dificuldade em acompanhar a atividade da Câmara.*

*Há pouco passou-me Filipe. Em relação a uma questão que tinha dito uma frase, só que tinha dito e disse assim – “são aqui apresentadas umas contas”. E é dito num tom que é assim um pouco (isto é mais coisa menos coisa), qual o retoque com alguma ligeireza.*

*Para dar nota e certamente vocês todos repararam que, a partir do momento em que publicámos os Balanços que o Dr. Pedro referiu da Câmara, aqui por baixo do Balanço em itálico, a letra pequenina, está lá escrito o seguinte: «Balanço (e tem a data) fornecido por Divisão de Contabilidade em tal data». Este Balanço não é feito por nenhum político. Este Balanço tem aqui a chancela aqui dum serviço da Câmara. Se houver aqui algum erro, alguma omissão, alguma falha, naturalmente que isto não é por acaso que acontece, não é por acaso que este é o quadro que aqui está, que indica a fonte. Tem exatamente isso para que seja fidedigno aquilo que aqui está porque é feito pelos próprios serviços — e a responsabilidade é aqui assumida naturalmente pelos próprios serviços.*

*Quanto à Avenida Dr. Lourenço Peixinho a última questão. Em breve será apresentado aqui, ou em outro lado, num espaço público, depois de tudo o que já tem havido de discussão e de participação, este é um processo em que já leva para aí cinco anos de discussão, só da nossa parte, eu encontro esse estudo para ser analisado, para haver participação, para haver discussão, para haver o debate, para haver alteração.*

*Agora há uma coisa que a experiência nos ensina face a uma coisa. É que há momentos para tudo, mas depois da obra adjudicada, da obra entregue ao empreiteiro, do empreiteiro estar a trabalhar na obra, ter lá os seus funcionários, vir nessa altura depois e apresentar questões, aí confesso que já será tarde demais. Muito obrigado.”*

**De seguida o presidente da Mesa<sup>086</sup> deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária de fevereiro, informando que a próxima reunião será no dia 07 de março (4.ª feira) pelas 20:00 horas, na sede da Assembleia Municipal, em Aveiro.**

**Eram 02:00 horas do dia 01 de março de 2012.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.**

(5:30)